

Cadernos de Campo III

Publicação da equipe da Pesquisa: "Assentamentos de Trabalhadores Rurais: a construção de um novo modo de vida em um campo de possibilidades e diversidades"

(NUPEDOR/FCL - CPEA/FFC) - UNESP

Pesquisadores:

Vera Lúcia S. Botta Ferrante

Departamento de Sociologia - FCL/UNESP - Araraquara

Dulce C. A. Whitaker

Programa de Pós-Graduação em Sociologia - FCL/UNESP - Araraquara

Teresinha D'Aquino

Departamento de Sociologia e Antropologia - FFC/UNESP - Marília

Bolsistas-pesquisadores:

Adriana Aparecida França

Alexandre Dantas

André Luís Guerra

Claudia Maria Bernava

Eliana Aparecida Andrade

Eliana Aparecida Stetter

Elis Cristina Fiamengue

Fabiana Xavier Vieira

Holney Antonio Mendes

José Benedito Leandro

Luís Antonio Barone

Luís Antonio da Silva

Márcio Nogueira Mariano

Maria Tereza P. Nabão

Mirna Torres Andrade

Patrícia Helena Buim

Rosane Ap. Araújo

Vitor Machado

Colaborador:

José Geraldo A. B. Poker

Editoração Eletrônica: Ivan Renato Albino - Área de Extensão/FCL

Impressão: Seção Gráfica FCL/CAr.



0313044585



ÍNDICE



| | |
|---|----|
| Apresentação | 05 |
| <i>Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante</i> | |
| Da Experiência de Descobrir e Redescobrir o Social: Relatos de um Iniciante à Pesquisa Científica | 11 |
| <i>Márcio Nogueira Mariano</i> | |
| Poeira, Verde e Sol na Trilha Sociológica | 21 |
| <i>Eliana Ap. Stetter e Márcio Nogueira Mariano</i> | |
| Sobre a Utilização da Câmera Filmadora em Pesquisa nos Assentamentos..... | 27 |
| <i>André Luis Guerra</i> | |
| Reflexões à luz da Luta (A Sociologia e o Sociólogo diante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST)..... | 35 |
| <i>José Geraldo A.B. Poker</i> | |
| Militante-Pesquisador ou Pesquisador-Militante: Dilemas da Investigação Científica frente à prática política | 53 |
| <i>Luis Antonio Barone</i> | |
| A Transcrição da Fala do Homem do Campo: fidelidade ou caricatura..... | 65 |
| <i>Dulce C.A. Whitaker et. al.</i> | |

APRESENTAÇÃO

Há quase uma década estamos envolvidos em um projeto de pesquisa sobre assentamentos rurais que tem se mostrado uma espinhosa e gratificante aventura. Desde a escolha do objeto, olhado aqui e acolá com desconfiança, como se estivéssemos apostando no estudo de um fenômeno episódico que tenderia a desaparecer, enfrentamos barreiras. E quantas vezes ouvimos que faltavam condições para estarmos diante de um objeto com competência e rigor científicos. A empreitada nos tem levado a uma arriscada viagem, na qual temos nos posto como pesquisadores preocupados em dar ao conhecimento um retorno social, conscientes de que o desafio de investigar projetos de reforma agrária não necessariamente passaria sob o crivo das bem traçadas regras da objetividade científica.

Nesse caminho pleno de paradoxos, temos convivido com um movimento de necessária flexibilização dos conceitos, com a convicção de que é impossível estudar a realidade dos assentamentos como um processo de resultados certos e unívocos. Mais ainda, o ir e vir das incontáveis idas a campo tem nos mostrado a impossibilidade de tratar friamente os sujeitos assentados, objeto de nossa investigação. Nesse processo, jovens pesquisadores têm se formado e no cotidiano de sua aprendizagem, têm se familiarizado com a idéia de que a aventura de pesquisar assentamentos, redescobrir outros mundos, sentir de perto que as fronteiras entre o rural e o urbano não têm mais razão de se impor rigidamente é, no mínimo, um caminho de mão dupla. Lições de pesquisa, aulas teóricas de metodologia, dizem às vezes pouco, face à incrível experiência de se sentir pesquisador na condição de autor e ator ao mesmo tempo.

Este Caderno é produto da experiência que bolsistas, jovens pesquisadores, tiveram nesse caminho de mão dupla. Muitos deles desconheciam completamente a existência de assentamentos rurais. Outros tinham leituras sobre a questão agrária e sobre as sempre vivas controvérsias presentes na interpretação dos sujeitos das lutas e da utopia camponesa. Tiveram que aprender, passo a passo, que a pesquisa exige, mais do que um emaranhado de enunciados de metodologia científica, sensibilidade, saber chegar, saber o momento de fazer uma pausa, respeitar

os sujeitos, deixar a ansiedade de querer fazer todos os registros e completar todos os dados para “economizar” idas a campo. As situações inesperadas dos assentamentos exigiram que eles vissem, nos dados coletados, fragmentos de trajetórias de vida, de histórias que acabaram atravessando sua própria história, levando-os a ver que a pesquisa não passa ao lado da vivência pessoal.

Os registros deste Caderno de Campo revelam a experiência de um bolsista de iniciação científica, Márcio Nogueira Mariano **Da Experiência de Descobrir e Redescobrir o Social: relatos de um iniciante à pesquisa científica**, que na aventura de descobrir e redescobrir o social na e pela realidade dos assentamentos, não hesita em afirmar que na sua relação com o objeto, as questões candentes transformaram sua cabeça em um “caldeirão de dúvidas”. Dúvidas em um processo de valorização da experiência, de “responder ao mundo globalizado com maneiras e táticas de sobrevivência que precisamos compreender”.

A aventura de ida a campo, “de buscar referência para as angústias” é relatada poeticamente por Eliana Stetter e Márcio Mariano **Poeira, Verde e Sol na Trilha Sociológica**, resgata questões que se apresentam cotidianamente à equipe da pesquisa: afinal, como tem sido “socializar-se em agrovilas, construir vidas em terras públicas e, após dez anos, qual balanço se pode fazer dessas experiências?” Torna-se claro como as vidas dos sujeitos investigados vão cruzando suas próprias experiências, seus fazeres. “Assumir a decisão de acompanhar esse processo de constituição dos assentamentos acabou por fazer parte dos nossos projetos de vida, não foi algo que se deu independentemente de nossas histórias pessoais”. O sentimento de que o mundo dos assentamentos passou a fazer parte de sua vivência brota forte quando se referem, em um misto de mágoa e crítica, à forma como os assentados aparecem nos meios de comunicação. “Análises distorcidas, descritivismo exagerado, pouco ou quase nenhuma atenção para as experiências desses distintos trabalhadores, utilização em larga escala do verbo *invadir*, como se homens e mulheres em busca de um pedaço de terra para plantar e comer fossem meros equívocos que a modernidade carrega”.

O olhar atento para ir além do que está dado como imediato levou André Luis Guerra **Sobre a Utilização da Câmera Filmadora em**

Pesquisa em Assentamento, a movimentar uma câmera de vídeo para retratar expressões diferenciadas dos assentados. Momentos de festa, de receber o tão esperado título de propriedade da terra após dez anos - quando o programa do Estado falava em cinco anos - foram registradas “como uma outra memória que auxilia o pesquisador no seu trabalho de coleta de informações”. A experiência de filmar depoimentos de um assentado do núcleo Bela Vista, com quem já havia realizado uma história de vida, lhe permitiu traçar paralelos entre dois caminhos possíveis de pesquisa. “Quando da análise do depoimento filmado, pudemos verificar que as expressões do rosto do entrevistado, seus gestos, seu olhar muitas vezes falavam mais do que as próprias palavras proferidas, às vezes, sugeriam o contrário do que o entrevistado dizia”. A aventura de realizar um primeiro depoimento filmado foi, sem dúvidas, inesquecível para André. A lógica da descoberta, de se sentir ator e autor, tem sido extremamente estimulante no processo de formação dos jovens pesquisadores, tarefa que tem sido muito bem cumprida pela pesquisa.

A relação entre o pesquisador e o processo tenso de constituição dos assentamentos ou o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra é apresentado como elemento de reencontro do sociólogo face aos desafios de construir a interpretação da realidade por José Geraldo A. B. **Poker Reflexões à luz da luta a sociologia e o sociólogo diante do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra - MST** e por Luis Antonio Barone, **Pesquisador Militante ou Militante Pesquisador: dilemas da investigação científica frente às práticas políticas**. “A relação entre o sujeito investigador e o sujeito investigado instaura o processo de conhecimento enquanto uma relação entre um sujeito coletivo e o outro, reaparecendo, em cada ato do trabalho dos cientistas sociais, a questão da alteridade”. (SANTOS, J. V. T. dos, 1995)¹

Na análise do MST, José Geraldo mostra o olhar estigmatizado dos meios de comunicação e da polícia sobre os sujeitos da luta pela terra, inseridos em processos classificados como invasões conduzidas por desordeiros, em contraste com o que o movimento chama de ocupações de

¹ SANTOS, J. V. T. dos. *A Aventura Sociológica na Contemporaneidade*. Adorno, S. (org.). *A Sociologia entre a Modernidade e a Contemporaneidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1995, p. 78.

terra, de luta por direitos, de alternativa às práticas de exclusão social. José Geraldo se põe e se expõe na análise do movimento, em suas angústias e em seus sonhos, sugerindo uma semelhança entre os dilemas do M.S.T e os da Sociologia. “Os embates, as contradições e a busca pela melhor ‘metodologia’ nas relações entre direção/base ‘versus’ massa, no tocante à homogeneização do projeto político dentro do Movimento, produzem, de uma certa forma, um ambiente de relações e conflitos que se assemelha à dualidade sujeito/objeto no processo de produção do conhecimento científico que se reproduz também na Sociologia”.

Ao sociólogo, diz José Geraldo, se apresenta a possibilidade de descobrir que “longe de ser uma batalha de outros, o que vê na prática do movimento é de fato uma limitação que muitas vezes não percebe na própria teoria. Com a autoridade de quem acredita e defende o engajamento em movimentos sociais, José Geraldo mostra que a relação de alteridade entre o sujeito investigador e os sujeitos investigados está longe de ser de estranhamento.

As mediações entre a pesquisa e a militância foram enfrentadas sem medos por Luis Antonio Barone que, em sua dissertação de mestrado², mostrou com incrível sensibilidade interpretativa, que é possível encarar a subjetividade do pesquisador sem perder de vista bússolas objetivas. Em seu texto, mostra a força do dilema “ser um pesquisador-militante ou um militante-pesquisador” em sua trajetória de vida. O relato dos impactos sentidos face a expressões vivas de uma realidade sofrida, a decisão de se tornar um “ativista” dos direitos dos bóias-frias, os dilemas da conciliação entre política e ciência mostram, passo a passo, o processo de amadurecimento de um jovem pesquisador. “Como trabalhar metodologicamente minha experiência política, já que ela era parte integrante (mesmo que não assumida teoricamente) do meu próprio projeto de pesquisa?” expressa a turbulência com a qual ele se defrontou, processo marcado por angústias e por uma riquíssima aprendizagem da vivência do paradoxo de ser, a um só tempo, pesquisador e militante.

² BARONE, L. A. Revolta, Conquista e solidariedade: A Economia Moral dos Trabalhadores Rurais em Três Tempos. Dissertação de Mestrado, F.C.L./UNESP/CAr

A experiência acumulada de pesquisa e os bons produtos de inserir jovens pesquisadores em um trabalho de equipe podem ser atestados pela leitura do texto, **A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura?** de responsabilidade de grupo de pesquisa da Profa. Dulce C. A Whitaker, parceira das agruras e alegrias dessa incrível aventura que tem sido o acompanhamento dos processos de assentamentos. Diante de um problema encarado quase que exclusivamente de forma técnica, os pesquisadores da equipe da Dulce - Alexandre Dantas, Eliana Andrade, Ellis C. Fiamengue, Rosane Ap. Araujo e Vitor Machado - discutem qualitativamente implicações sócio-culturais e ideológicas - da transcrição de material de pesquisa. Descortina-se, através do texto, a importância de se ter sensibilidade e respeito com os sujeitos investigados; o que vai colidir com procedimentos usualmente adotados por pesquisadores. “O transcritor, contaminado pela ideologia, corrige o discurso dos seus pares e o seu próprio, pois não fazê-lo, seria “desrespeitar” a condição do falante, ou seja um claro processo ideológico determina esse ato: corrige-se a fala do pesquisador (que também erra, mas nunca aparece), “respeita-se” a do entrevistado, caricaturizando sua maneira de falar”. O texto é, sem dúvidas, um sinal de alerta importante no processo de garimpagem da pesquisa.

Para terminar, diria que as aventuras, dilemas, viagens aqui relatadas têm atravessado intensamente minha trajetória, levando-me à convicção de que, no ofício de pesquisadora, há sempre muito a aprender. Tem sido um privilégio coordenar essa equipe de pesquisa e conviver com essa história múltipla, contraditória, de muitos fazeres, na qual temos ousado investir na construção de elos entre a Universidade e a Sociedade.

Araraquara, julho de 1996.

DA EXPERIÊNCIA DE DESCOBRIR E REDESCOBRIR O SOCIAL: RELATOS DE UM INICIANTE À PESQUISA CIENTÍFICA

MÁRCIO NOGUEIRA MARIANO*

“Não existe absurdo maior que um país com tanta terra ociosa e concentrada assistir sua população vegetar nas grandes cidades. A terra foi apropriada por uma minoria e precisa ser democratizada para servir como fonte de trabalho, como modo de aumentar a produção e distribuir a riqueza.”¹

O texto que ora apresento ao leitor é fragmento de um conjunto maior de reflexões que nos foi colocado em exposições e debates acerca da prática do pesquisador e questões de métodos em Ciências Sociais, fazendo parte dos objetivos propagados pela disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa II: Pesquisas Sociológicas, ministrado pela Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, no segundo semestre do ano letivo de 1995.

Revelar-se sujeito da história talvez não deva ser uma tarefa muito difícil. Definir os limites precisos onde se encontra o pesquisador, o cidadão, o ativista, já torna-se mais complicado. Mas quando se pensa em buscar respostas e quando se vê na condição de leitor do mundo, talvez a junção desses três momentos implicitamente esteja presente sem, ao menos, darmos conta. A violência das palavras, das idéias, torna-se tão patente que as vezes perdemos a visão de conjuntura, o fenômeno social total, e isso

* Bacharelado em Ciências Sociais na F.C.L./UNESP - Araraquara e pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural-NUPEDOR

¹ SOUZA, Herbert de. **Folha de São Paulo**. São Paulo: 19 de fevereiro de 1995, p. 3.

pode acarretar graves distorções na maneira de encarar a realidade. Se a ciência debate-se hoje com crises, seja de paradigmas, da dificuldade de relacionar teoria e pesquisa, da vulnerabilidade de aplicação de teorias gerais na análise de diferentes trajetórias sociais, também nos encontramos diante da complexidade do processo de consenso político que permanentemente observamos no nosso cotidiano. Para que o país possa adentrar na nova ordem mundial (uma vaga no Conselho de Segurança da ONU por exemplo) algumas questões sociais estão sendo deixadas de lado em nome de uma modernização excludente. A reforma agrária faz parte desse momento. Será que desenvolver o país é dar prioridade às idéias e projetos do FMI e do Banco Mundial? Mas quais setores são prioritários? É sabido que para mexer com esse problema é necessário enfrentar alguns lados da questão, por exemplo: os velhos latifundiários e grandes empresas nacionais e multinacionais, privilegiadas ao longo de anos com incentivos fiscais e especulação imobiliária.

Por ora destaco minha participação como bolsista de iniciação científica em dois projetos de pesquisas que discutiram a viabilidade de assentamentos de reforma agrária no Estado de São Paulo². Focalizamos dois assentamentos localizados nos municípios de Araraquara e Motuca, na região de Ribeirão Preto, SP. Tem sido um processo lento de aprendizagem, coincidindo com a tarefa de tentar interpretar a relação homem-meio ambiente.

“Lá fora é uma visão, aqui dentro outra”³, é a fala de um assentado que alerta para o descaso do poder público para com esses trabalhadores que comportam no seu todo diferentes trajetórias e experiências de vida. É o retrato de ambigüidades nos projetos de reforma agrária e assentamentos ao longo das três últimas décadas no Estado de São Paulo. A partir de 1985 a política de assentamentos rurais do governo paulista deve ser compreendida dentro de um contexto de agudização de

² a) Projeto de Pesquisa “Análise e avaliação dos projetos de reforma agrária e assentamentos do Estado de São Paulo” - Auxílio Integrado/CNPq (encerrado em fevereiro de 1995).

b) Projeto de Pesquisa “Assentamentos Rurais: A Construção de Um Novo Modo de Vida em um Campo de Possibilidades e Diversidades” - Auxílio Integrado/CNPq (em andamento).

³ Diário de Campo da preparação para entrevista com um assentado.

conflitos. Temos a efervescência dos movimentos sociais rurais no campo, ou seja, o reconhecimento de “velhos” e novos atores sociais. Foi preciso então que o governo estadual reaparelhasse a sua máquina burocrática para efetivar a política de assentamentos. O Estado dá sua contribuição ora como ator, ora como mediador nos conflitos pela posse de terras.⁴

“Sem mudanças substanciais, mas matizando diferentemente os limites de controle e acesso à terra, o Estado se faz presente como o grande mediador desses confrontos.”

“Ao manter sob controle o acesso à terra, através da política de assentamentos, o Estado responde a estratégias de conciliação, pactos e pressões presentes nesse cenário de lutas...”

“O mapeamento dos projetos de assentamento do Estado de São Paulo é um vivo atestado dos desdobramentos dos conflitos pela terra. O passado é uma arma de luta do presente.”⁵

O básico que é, além de assentar famílias, dar a elas condições infra-estruturais para a sua reprodução, é a política que o poder público tem por obrigação adotar, mas a realidade por nós observada é outra. Esses problemas ecoam no assentamento da Fazenda Monte Alegre, por exemplo, onde pude observar o descaso do Estado no tocante à assistência técnica. São afirmações esparsas sobre essa vivência, onde teoria e prática se encontram e as vezes se chocam. A seguir, FERRANTE fornece os propósitos dessa dura caminhada.

“Conforme assinala Bourdieu, somente a pesquisa em ação’ produz a teoria científica - programa de percepção que se revela no trabalho empírico. Nessa linha, o avanço desta pesquisa pode dar conta de uma opção pelo rural que não significa a volta a um rural

⁴ BERGAMASCO, S. M. P. P.; D'AQUINO, T. e FERRANTE, V. L. S. B. “Assentamentos de Trabalhadores Rurais em São Paulo: A Roda-Viva de Seu Passado/Presente”. In **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: ANPOCS/Vértice, 1990, p. 256-257.

⁵ _____. In **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: ANPOCS/Vértice, 1990, p. 257.

bucólico que o saudosismo poderia identificar de forma romântica e equivocada. Muito pelo contrário, é um movimento histórico novo, significando reconstrução a partir de propostas culturais de resistência, porém integrados a uma realidade conquistada a partir da luta, o que supõe uma identidade como resultado da prática no sentido da práxis. Quando se afirma que o assentado é uma categoria nova e que a terra para o qual volta não é a mesma terra em que viveu ou viveram seus antepassados(despojada de valor simbólico), não se conclui que a construção de novos valores esteja para ele bloqueada. É evidente que a construção da identidade dos assentados deve ser enfocada dentro de um universo simbólico complexo cheio de tensões e necessitando de uma 'descrição densa'(no sentido dado por Geertz).''⁶

Foi com esse intuito de confrontar teoria na prática, e dela retirar subsídios para uma análise menos equivocada possível e passível de ser reformulada, dada a capacidade de movimentação do objeto, que pude então me preocupar com uma leitura do mundo.

DA MATTA⁷, em um texto muito interessante, enfoca três fases (ou planos) quando se trata de discorrer sobre as etapas de uma pesquisa em Etnologia. São elas:

- primeira fase: teórico-intelectual, onde ocorre o divórcio entre o futuro pesquisador e o seu objeto/tema de pesquisa. Seu conhecimento dá-se pelos livros, ensaios e artigos, enfim pelos outros.

⁶ FERRANTE, V. L. S. B. "**Pesquisando Assentamentos Rurais: Dilemas de Multidisciplinaridade e do Pluralismo Teórico**". Comunicação apresentado no III Simpósio de Ciências Humanas, Letras e Artes.

⁷ DA MATTA, R. "O Ofício de Etnólogo ou como ter 'Anthropological Blues' ". In NUNES, E. de O.(org.). **A Aventura Sociológica. Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 23-35.

- segunda fase: período prático, é a antevéspera de pesquisa, donde se passa pela cabeça do futuro pesquisador detalhes acerca de sua estadia, alimentação, condução, contatos, etc.

- terceira fase: por fim é a fase que mais nos interessa, é a fase pessoal ou existencial, é a que eu ousou chamar até de uma fase de “ressocialização” do pesquisador.

“Aqui, não temos mais divisões nítidas entre as etapas da nossa formação científica ou acadêmica, mas por uma espécie de prolongamento de tudo isso, uma certa visão de conjunto que certamente deve coroar todo o nosso esforço e trabalho. Deste modo, enquanto o plano teórico-intelectual é medido pela competência acadêmica e o plano prático pela perturbação de uma realidade que vai se tornando cada vez mais imediata, o plano existencial da pesquisa em Etnologia fala mais das lições que devo extrair do meu próprio caso. É por causa disso que eu a considero como essencialmente globalizadora e integradora: ela deve sintetizar a biografia com a teoria, e a prática do mundo com a do ofício.”⁸

É o momento onde se pode pensar e/ou repensar nossa prática: será que estamos oficializando um discurso de exclusão, integração, ou esfacelamento social? Será que somos capazes de dar as verdadeiras dimensões do que ocorre ao nosso redor? Seremos nós os portadores de um discurso de emancipação para nossos “objetos” de estudos? São questões que devem passar pela cabeça de qualquer pesquisador, pelo menos para mim são questões candentes, que acabam por transformar minha cabeça em um verdadeiro caldeirão de dúvidas!

Para alguns não passa de um simplismo exagerado o fato de eu estar gastando algumas páginas enfocando esses aspectos, mas de bom grado garanto ao leitor que a dúvida é condição essencial para trilhar o

⁸ _____. In Nunes, E. de O. (org.). **A Aventura Sociológica. Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 23-35.

tortuoso caminho em busca de respostas. Indagar, permitir a dúvida, o sacrifício desnortado da leitura de livros e do mundo, mas não deixar-se levar pelo burocratismo vigente, a homogeneização do mundo; é dar luz ao montante de idéias, é valorizar a experiência, as diferentes trajetórias sociais, é ver que a diversidade ainda existe e responde ao mundo globalizado com maneiras e táticas de sobrevivência que precisamos compreender.

É, como diz José de Souza MARTINS⁹, exorcizando dois espíritos, o evolucionismo e o economicismo (fase que o autor considera importante superar para o conhecimento do mundo rural brasileiro), que se pode ultrapassar os impasses de uma análise distorcida. É preciso tentar decifrar o código singular que o campo nos oferece (conceito e relação com a natureza, crenças, aspirações por educação, recuperação das trajetórias de lutas, e um item mais que importante, as relações de gênero); em suma, sem essas ferramentas de trabalho não se pode compreender as transformações pelas quais passa esse meio.

*“É que não se tem presente que a base do conhecimento deve estar no processo do capital, que engendra contradições múltiplas a partir de diferentes situações sociais como as que são encontradas nas diferentes regiões brasileiras. Continuamos a discutir a classe operária urbana como se não houvesse nenhum elo entre a sua situação e a dos lavradores pobres do nordeste ou de outras regiões. Privilegiamos a burguesia e o proletariado de grandes cidades como São Paulo e repudiamos ou colocamos na obscuridade de um meio-esquecimento os outros personagens do mesmo processo porque não se revestem de atributos típicos-ideais. É quem assim age com freqüência recusa Weber em nome de Marx...”*¹⁰

⁹ MARTINS, J. de S. “Ciência e crise política: a Sociologia a caminho da roça”. In **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, v. 12.

¹⁰ _____. In **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, v. 12, p. 249.

O item básico para isso é a boa pesquisa de campo, rascunhar um diário de campo, trocar saudações matinais, aceitar um copo cheio de café como símbolo da hospitalidade do entrevistado, dialogar sobre as condições do tempo, falar sobre a vida, ouvir os problemas (às vezes até pessoais), saber quando utilizar o gravador, e ao final da entrevista notar que a ansiedade e as batidas dos corações de ambos voltaram ao normal e, o mais importante, o entrevistado revela a sua satisfação em poder falar, desabafar sobre seu cotidiano, sua história de vida tão rica, a revelar uma face de não-conformismo, de resistência, de esperança de um futuro melhor para os filhos. É o ponto final de um dia de coleta de material para a pesquisa, mas é o início de uma verdadeira tormentação, que se estende desde a confecção do diário de campo exaltando todos os detalhes possíveis, detalhes tão minuciosos que embelezam as páginas, como aqueles que vão do problema social ao problema sociológico.

É de TAVARES DOS SANTOS¹¹ que resgato a fundamentação sobre a passagem de uma questão social para uma questão sociológica. Sugere o autor que a investigação sociológica pressupõe alguns passos: da construção do objeto científico, da criação de conhecimento sobre a realidade social, orientado por uma fecunda relação entre a teoria, a observação e a interpretação.

*“Nossa orientação epistemológica tenta apreender o conhecimento em seu movimento, pela prática da descoberta.”*¹²

É através da descoberta que se pode visualizar a errância e é ela que permite definir a prática do sociólogo como uma aventura sociológica (respostas prováveis e provisórias às questões sociais). O conhecimento é um processo de retificação permanente. Para então fazer a distinção epistemológica entre o objeto real e o objeto científico, ou a passagem de uma questão social para uma questão sociológica, é preciso ir contra o

¹¹ TAVARES DOS SANTOS, J. V. “A Aventura Sociológica na Contemporaneidade”. In Adorno, S. (org.). **A Sociologia entre a Modernidade e a Contemporaneidade**. Porto Alegre: Universidade, 1993, p. 73-84.

¹² _____. In Adorno, S. (org.). **A Sociologia entre a Modernidade e a Contemporaneidade**. Porto Alegre: Universidade, 1993, p. 75.

senso comum, contra as pré-noções formuladas pela percepção social ou pela sociologia convencional. E é preciso procurar ir além do ponto onde estamos, ultrapassar o problema social.

*“Aqui está o núcleo do trabalho sociológico, o senso da problematização, a capacidade intelectual de levantar questões tanto para o social, questões produzidas pela história e pelas lutas sociais de nosso tempo, quanto para o sociólogo que sobre eles se debruça.”*¹³

O exagero para nosso ofício deve estar pautado na pesquisa densa, minuciosa, de diários e diários de campo, de coletas de relatos orais, simbolizando um mundo passível de ser conhecido (talvez não na sua plenitude), mas que revela novos horizontes para a explicação sociológica, em um mundo cada vez mais globalizado, definido universalmente pelas regras de mercado, uma tendência a desconsiderar a espécie humana.

É de suma importância reiterar que o homem respira, memoriza e insiste em manter suas diferenças, o que nos traz questões que não são novas, a desembocar num contingente de temas que pode nos levar a uma aventura em busca de respostas. De encontro a isso imagino que o pesquisador possa até mesmo repensar seus valores, sua visão de mundo, sua concepção da relação homem-meio ambiente, na difícil tarefa de “ressocializar-se”. “Ressocializar-se” comutando seus valores com os outros, dignificando as práticas de ambos, construindo um elo de cooperação para que se possa ousar sonhar na preservação do planeta.

Não foi minha intenção estabelecer parâmetros teóricos acerca das questões de métodos em Ciências Sociais, apenas apesar da minha pouca experiência quis elencar alguns pontos que considere importantes ao longo desses dois anos de trabalhos de campo. E para finalizar destaco dois escritores: Carlos Fuentes e Monteiro Lobato.

¹³ _____. In Adorno, S. (org.). **A Sociologia entre a Modernidade e a Contemporaneidade**. Porto Alegre: Universidade, 1993, p. 77.

O mexicano Carlos Fuentes em um recente artigo¹⁴ acerca do livro "O Último Suspiro do Mouro" de Salman Rushdie, enfatiza três momentos dessa personalidade: a vítima, o escritor e o homem. São três momentos interessantes, mas para esse fim que proponho, o escritor, sua imaginação e linguagem são magistrais.

"A imaginação é perigosa porque nos abre a possibilidade de conhecer livremente, de escapar das prisões do dogma, de opor outras verdades, plurais, à verdade única do Estado neoliberal, sucessor sorridente do Estado totalitário, ou do Estado teocrático, solene aspirante a um novo totalitarismo.

A linguagem conta porque escolhe livremente seus símbolos, em vez de se conformar com as palavras entorpecentes do discurso oficial. A linguagem importa porque são ao mesmo tempo arbitrários e necessários.

*Arbitrários por serem surpreendentes, por expressarem dúvidas, por criticarem o mundo com o direito de fazê-lo, porque primeiro criticam a si mesmos. E necessários porque criam um discurso alternativo, que nos recorda que uma linha de Quevedo, Rilke ou Pinter vale mais do que 30 horas de televisão, cem páginas de jornal ou seis anos de discursos."*¹⁵

O brasileiro Monteiro Lobato é o outro escritor com temas tão contemporâneos. E "O Jardineiro Timóteo"¹⁶, conto de 1924, dá uma dimensão do fenômeno da ruptura sócio-cultural que se processou na sociedade paulista (e porque não brasileira) das primeiras décadas deste século. O moderno chegou, não pediu para entrar e foi logo dando seu recado, uma ruptura brutal, a destruição de um passado, a aspereza para

¹⁴ FUENTES, C. "Os três Rushdies". In *O Estado de São Paulo*. São Paulo: 18 de fevereiro de 1996, p. A3.

¹⁵ _____. In *O Estado de São Paulo*. São Paulo: 18 de fevereiro de 1996, p. A3.

¹⁶ MONTEIRO LOBATO, J. B. "O Jardineiro Timóteo". In Lajolo, M. (org.). *Contos Escolhidos*. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 93-101.

com a memória. O negro Timóteo, escravo liberto, o poeta das flores, o sensível tutor do jardim revela que é possível uma relação afável entre o homem e o meio ambiente, diagnostica a importância da memória, o cuidado com a brutalidade da ruptura que o moderno pretende implantar. Por não suportar a crueldade com a maneira que se quer inovar, falece! É a convivência do passado (os antigos donos eram ex-senhores de escravos) com o presente, o novo, o moderno (os novos donos são gente da cidade). É uma denúncia, a cultura da gente do campo, que se rompida leva à sua desintegração!

Enfim, são questões que acho importantes para se pensar o Brasil, o mundo, nossas relações sociais e o meio ambiente.

POEIRA, VERDE E SOL NA TRILHA SOCIOLÓGICA

ELIANA APARECIDA STETTER*
MÁRCIO NOGUEIRA MARIANO*

Meados de janeiro deste ano, verão, nuvens escuras cobrem o céu da morada do sol. São quase 08:00 h da manhã. Munidos de nossos cadernos de anotações, canetas, alguns agasalhos, umas maçozinhas verdes, fomos para campo imbuídos mentalmente de um roteiro já previamente discutido. É dia de domingo!

Destino: assentamento da Fazenda Monte Alegre. Prioridade: coleta de relatos orais de algumas famílias. Qual o motivo? Partindo da premissa básica do projeto que é a observação constante dos assentamentos rurais, tentando delinear espaços diversos que não condizem com a paisagem homogeneizadora que se pretende impingir às lutas dos trabalhadores rurais, e estruturando esses momentos no bojo das discussões em nível nacional das políticas estaduais e federal para reforma agrária e assentamentos rurais, estamos, pois, nos debruçando para uma sociologia do cotidiano desses homens e mulheres. Compreender suas trajetórias de vida e estratégias na luta pela sobrevivência nas terras de assentamentos, levando-se em consideração as esperanças e incertezas que configuram esse novo espaço. É bom recordar os três momentos apregoados por **FERRANTE**¹ que simbolizam parte das lutas desses homens e mulheres: querer a terra, definidor de um espaço de iguais, onde pessoas de diferentes trajetórias e situações de vida se encontram unidas em torno de um objetivo comum; entrar na terra, as diferenças aparecem; viver na terra, afinal como

* Mestranda em Sociologia na F.C.L./UNESP-Araraquara/SP e pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Doc. Rural-NUPEDOR

* Bacharelado em Ciências Sociais na F.C.L./UNESP - Araraquara/SP e pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Doc. Rural-NUPEDOR

¹ FERRANTE, V. L. S. B. **Nem proletário, nem proprietário (a complexa constituição de ser assentado)**. Comunicação apresentada na 45a. Reunião Anual da S.B.P.C. Recife: 11 a 16 de julho de 1993.

é e tem sido possível conjugar os mesmos verbos, socializar-se em agrovilas, construir vidas em terras públicas, e, após dez anos qual balanço que se pode fazer dessas experiências?

São algumas questões que pairam no ar, e, movidos pelo desejo de aventurar-se estamos indo a campo buscar referências para nossas angústias. Às vezes é o sol escaldante que nos observa, outras uma garoa, uma ventania. Pisar no chão sofrido, receber olhares de desconfiança por parte de alguns, afinal quem somos nós? Qual papel desempenhar nesse emaranhado de relações sociais? Perguntas a atormentar dois jovens *sociólogos, que no exercício de seus ofícios também pleiteiam respostas para a complexa relação pesquisador x pesquisado.*

Afinal, como construir um olhar sobre famílias, vindas de paisagens tão diversas? Quais papéis desempenham seus membros na árdua luta pela sobrevivência? Estamos tentando compreender esse *"novo modo de vida a partir da memória e testemunho dos seus protagonistas, consideradas não só a família assentada, mas cada sujeito nela inserido, em suas diferenciações de sexo, idade, etnia..."*²

Temos, pois, nesses últimos três anos, convividos com as dificuldades e os saldos gratificantes de dois projetos de pesquisas³ que discutem a problemática de assentamentos de reforma agrária no Estado de São Paulo. Acompanhamos as discussões, as ansiedades e correrias que sempre antecederam a preparação de relatórios de pesquisa enviados ao C.N.P.Q., a frustração dos períodos de interrupção das bolsas, a emoção de ver um texto nosso⁴, produto de muitas idas a campo, as sensações

² Projeto de Pesquisa: **Assentamentos de trabalhadores rurais: a construção de um novo modo de vida em um campo de possibilidades e diversidades.** Auxílio Integrado/C.N.P.Q.

³ a) Projeto de Pesquisa: **Análise e Avaliação dos Projetos de Reforma Agrária e Assentamentos no Estado de São Paulo.** Auxílio Integrado/C.N.P.Q. (encerrado em fevereiro de 1995).

b) Projeto de Pesquisa: **Assentamentos de trabalhadores rurais: a construção de um novo modo de vida em um campo de possibilidades e diversidades.** Auxílio Integrado/C.N.P.Q. (em andamento).

⁴ FERRANTE, V. L. S. B. (org.). **Retratos de Assentamentos.** Seção Gráfica/F.C.L.-CAR, 1994.

múltiplas de ver o Censo⁵ concluído, trabalho que é inédito no país. Assumir a decisão de acompanhar esse processo de constituição dos assentamentos acabou por fazer parte de nossos projetos de vida, não foi algo que se deu independentemente de nossas histórias pessoais. São tais marcas que apresentamos ao público

Pudemos comprovar, na prática, que os princípios do positivismo de que o sujeito da investigação mantém-se em relação de exterioridade com relação ao objeto são problemáticos e não dão conta do processo de conhecimento. Considerando que o *“sujeito do conhecimento não é a pura receptividade postulada pelo empirismo, mas um ser humano total, com sua história pessoal, suas determinações sociais, que conhece não somente com sua inteligência, mas com todo o seu biossocial, para quem o conhecimento, em outras palavras, é um momento da práxis e não um ato estritamente epistemológico”*.⁶ Assumimos, portanto, que nossa escolha pela problemática dos assentamentos não se deu de forma alcatória, mas tem a ver com a importância que o tema assumiu, crescentemente, em nossa formação e na concepção que temos da prática do sociólogo, no sentido de pensar em seu comprometimento com a produção de um conhecimento que tenha retorno social.

Pensados como objeto de uma visão plural, os assentamentos tem sido discutidos em suas dimensões políticas, econômicas, sócio-culturais permeados por relações de parentesco, de gênero, de compadrio, de vizinhança. A trajetória das experiências é extremamente diferenciada. Partilhamos da preocupação da equipe da UNESP em não pautar a avaliação dos assentamentos por critérios de “viabilidade econômica”, cujo conteúdo é, sem dúvidas, passível de discussão diante da diversidade das experiências, da constatação de que o Estado não tem efetivamente um projeto para os assentamentos. Conforme apontado por ESTERCI⁷, et. al., as próprias categorias “assentamento e assentado” tem origem datada e

⁵ _____ . **Censo dos Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo**. Seção Gráfica/F.C.L.-CAR, 1994.

⁶ ROUANET, S, P. **Teoria Crítica e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, p. 100.

⁷ ESTERCI, N. et. al. “Assentamento rurais: um convite ao debate”. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA**. Campinas: dezembro, 1992, vol. 22, p. 5.

são formuladas pelo Estado. As políticas públicas tendem a tratar os assentados como beneficiários e objetos de intervenção, havendo um cunho de outorga nessa construção. Porém, consideramos que os assentamentos são políticas públicas, definidas pelo jogo das forças sociais e pelas relações de poder das classes envolvidas. Temos, como objetivo, recuperar e acompanhar passo a passo as marcas das trajetórias e experiências dos assentados/assentamentos, como partes do movimento de construção e reconstrução desse novo modo de vida. *“Experiências que não podem ser reduzidas às lutas políticas... Embora todos os autores assinalem o momento de coesão representado pelos acampamentos, pelos ‘embates’, pelas lutas contra as barragens, também apontam que resolvida a questão mais imediata, do acesso à terra, atualiza-se um conjunto de valores, lealdades, conhecimentos, que tendem a fazer aflorar diferenças entre o que, até então, pareceria ser homogêneo.”*⁸

Tem sido a partir do estudo da memória, de suas trajetórias de vida, que procuramos focar as diferenciações significativas que acompanham a luta pela permanência na terra, resgatamos as dimensões e transformações que envolvem o presente e a reconstrução desse novo modo de vida.

Este processo cuja intensidade e desdobramentos não podem ser apreendidos por um único referencial teórico, exige um exercício de reflexão que dê conta dos diversos rearranjos estruturais, sócio-culturais e de sociabilidade presentes no interior desses núcleos de assentamentos. No vai e vem do fazer-se dessa experiência, na busca de identidade e reconhecimento dos “de fora” - ou seja, dos mediadores: Estado, D.A.F., técnicos agrícolas, sindicato etc... - na verificação de quais estratégias para a viabilização e fixação na terra são construídas pelos assentados, temos elementos para afirmar que estes sujeitos esgotam os estigmas de passividade a eles atribuído.

Tais colocações foram tecidas para demonstrar que os processos de gestação dos assentamentos exige uma investigação em profundidade sem deixar de considerar o contexto regional e nacional em que está inserido. Implica em avaliar *“as situações de crise social: incorporar a*

⁸ MEDEIROS, L. S. et. al. **Assentamentos de Trabalhadores Rurais: Uma Visão Multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1994, p. 21.

crise como elemento originário dos processos transformadores e, a partir da reconstrução sociológica da crise da sociedade, indicar aos protagonistas dos processos políticos o campo de possíveis que se abre"⁹. Implica na necessidade do aprofundamento dos conceitos de trajetória e de experiência, assumindo que nosso objeto exige um trabalho de "desconstrução e de reconstrução de conceitos, de permanente reconceitualização"¹⁰.

Foram essas as diretrizes básicas que utilizamos para preencher nossos diários de campo, prática comum em nosso cotidiano.

Nossa observação, descrição e análise tem sido, sob a melhor forma possível, a mais atenta. É como se olhássemos pela primeira vez, mas já imbuídos em nossas mentes do sentido e da relevância sociológicos a essa questão social. Tantas tem sido nossas expressões faciais, no acompanhamento diário das notícias veiculadas pelos meios de comunicação de massa sobre a questão agrária. Caos total! Análises distorcidas, descritivismo exagerado, pouca ou quase nenhuma atenção para as experiências desses distintos trabalhadores. Utilização em larga escala do verbo invadir, como se homens e mulheres em busca de um pedaço de terra para plantar e comer, fossem meros equívocos que a modernidade carrega.

Às vezes somos surpreendidos por questões relativas ao nosso trabalho de pesquisa, afinal de contas qual a validade da adoção de uma política pública de assentamentos de reforma agrária na chamada "Califórnia Brasileira"? Nossas publicações dão o peso dessas experiências, mas a compreensão dos processos sociais que tem seu "locus" de realização no campo não pode ser atingida se o questionamento permanece no espaço do rural, apenas; é preciso compreender as conjunturas local e nacional, é tentar buscar uma visão totalizadora, dar vazão a um processo rico de análises das mais variadas, é cair no bojo da interdisciplinaridade. Como diz FERRANTE, "até que ponto a alegada

⁹ SANTOS, J. V. T. dos. "A Aventura Sociológica na Contemporaneidade". In Adorno, S. (org.). **A Sociologia entre a Modernidade e a Contemporaneidade**. Porto Alegre: Universidade, 1995, p. 79.

¹⁰ _____. In Adorno, S. (org.). **A Sociologia entre a Modernidade e a Contemporaneidade**. Porto Alegre: Universidade 1995, p. 80.

impossibilidade dos assentamentos se constituírem em objeto não estaria acobertando razões políticas interessadas em recorrer a sua suposta provisoriedade ou mesmo sua inviabilidade para sustentar argumentos da falência dessas experiências? Em nossa perspectiva, a concreticidade dos projetos de assentamentos não pode ser negada e a perspectiva de sua análise reaviva debates que nunca saíram de cena para estudiosos da questão agrária.”¹¹

Nesse processo lento e penoso de nossa formação, de dar ao nosso olhar um toque a mais de sensibilidade, é preciso visitar e revisitar o social, e em se tratando do nosso tema de estudo, os assentamentos rurais, é propiciar um retorno que possibilite ir de encontro ao novo, percorrer os mesmos caminhos para retomar, com novos olhares, as mesmas trilhas e veredas; é o olhar atento ao não existente em visitas anteriores. Visões que alcancem, no âmbito da construção teórica, horizontes mais abrangentes.¹²

Em suma, é dar ao nosso ofício o fundamento da prática. E é através dessa prática, o trabalho de campo, retirar uma conceitualização ou reconceitualização, é realizar uma discussão dialética entre sujeito e objeto.

¹¹ FERRANTE, V. L. S. B. “A Aventura de Pesquisar Assentamentos Rurais: Dilemas da Multidisciplinaridade e do Pluralismo Teórico”. In Adorno, S. (org.). **A Sociologia entre a Modernidade e a Contemporaneidade**. Porto Alegre: Universidade, 1995, p. 106.

¹² PORTO, M. S. G. “O Campo Revisitado”. In Adorno, S. (org.). **Natureza, História e Cultura**. Porto Alegre: Universidade, 1993, p. 57-60.

SOBRE A UTILIZAÇÃO DA CÂMERA FILMADORA EM PESQUISA NOS ASSENTAMENTOS.

ANDRÉ LUÍS GUERRA¹

Pretendemos, neste espaço, apresentar uma reflexão sobre a experiência da utilização da câmera filmadora nas pesquisas realizadas nos Assentamentos Bela Vista e Monte Alegre, ambos situados no município de Araraquara, Estado de São Paulo, com o intuito de oferecer elementos para a discussão acerca da viabilidade da utilização deste instrumento para a coleta de informações, registro de acontecimentos, depoimentos, entrevistas, histórias oral, bem como para a divulgação das pesquisas realizadas e de seus produtos e resultados.

A utilização da câmera filmadora é uma experiência relativamente nova em nossa pesquisa, mas é de nosso conhecimento que este instrumento já vem sendo utilizado em outras pesquisas, principalmente, no que diz respeito ao registro de acontecimentos e à realização de vídeos de divulgação. No entanto, não conhecemos debate acerca dessa utilização, principalmente, não conhecemos debate a respeito da utilização da filmadora na coleta de depoimentos oral. A perspectiva que se abre de substituição do gravador pela câmera filmadora, no que diz respeito à coleta de histórias oral, também, parece-nos, não foi debatida.

Desse modo, pensamos que se faz necessário uma discussão, a exemplo do que aconteceu sobre a utilização do gravador para esse tipo de pesquisa e que resultou em textos clássicos como de Maria Isaura Pereira de Queiróz² e outros da mesma importância. Assim, parece-nos pertinente nossa contribuição.

A utilização da câmera filmadora no registro de acontecimentos e cotidiano do assentamento.

¹ Pesquisador de Iniciação Científica do NUPEDOR- Unesp, Araraquara.

² Maria Isaura Pereira de Queiróz, *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação*. Ed. Ceru, SP, 1983.

A câmera filmadora nos tem sido fundamental para o registro de acontecimentos importantes dos assentamentos pesquisados. Esses acontecimentos são as festas comemorativas, as assembléias mais importantes, as visitas de políticos, etc. Também, tem nos servido para o registro da imagem e som do cotidiano dos assentados, permitindo-nos documentar os trabalhadores na sua vida diária, no seu trabalho, na sua luta, no seu lazer. O conjunto desse material registrado tem sido uma fonte importante de informações que auxiliam as atividades de reflexão da equipe. E aqui reside, a nosso ver, o fator de maior importância acerca da utilização da câmera filmadora nas pesquisas de assentamento: é o fato de criar a possibilidade do pesquisador trazer materializadas, registradas, documentadas aquelas informações, fruto de suas observações, que antes somente ficavam registradas em sua memória, ou documentadas na sua caderneta de campo ou no seu relatório de campo.

Não que a câmera filmadora venha ter o poder de tornar obsoleto o relatório de campo, a caderneta de anotações, porque isso está associado não somente ao registro de dados pura e simplesmente mas ao próprio exercício de observação metodológica³, porém, é instrumento complementar indispensável, uma vez que tem a força de registrar, inclusive, aquilo que escapa à atenção do pesquisador no momento, além de seu produto funcionar como um arquivo de dados, muitas vezes, mais eficiente que a memória do pesquisador, sem contar que a reprodução dessa memória-arquivo é mais fácil, mais rápida que a reprodução das informações da memória do pesquisador, que muitas vezes necessita de muitas e muitas páginas para descrever o que a imagem e o som falam em poucos minutos.

Outra vantagem da utilização da câmera filmadora é que ela permite ao pesquisador principalmente quando o objeto da observação é uma festa comemorativa, uma assembléia, ou o cotidiano do trabalho na lavoura, situações em que o pesquisador pode filmar de longe, uma relativa discrição, o que por sua vez, garante uma espontaneidade maior daquilo que é observado.

³ Conforme Florestan Fernandes in Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica, Ed. Companhia Editora Nacional, SP, 1959.

A informação que uma filmagem retém é uma informação viva, que, muitas vezes, não sofre a influência de intermediários, como é o caso das informações que são produtos dos relatórios de campo, informações influenciadas pela própria interpretação do pesquisador que as registra, ou seja, a informação do vídeo é a informação pura, como ela é, ao passo que a informação do relatório de campo ou da caderneta de anotações é uma interpretação do que é observado. No entanto, é preciso advertir que nem sempre a informação filmada é uma informação pura, pois, em determinadas situações o próprio direcionamento que o pesquisador dá à câmera, como a utilização do zoom, do close, ou a própria escolha por registrar um aspecto da realidade observada em detrimento de outro, já é uma interferência do pesquisador. Assim, é preciso tomar a objetividade da câmera como relativa, se é que se possa falar, nas ciências sociais, em objetividade absoluta.

Também, é importante ressaltar o caráter fragmentário da informação filmada, uma vez que ela registra parte de uma informação total, ou seja, ela retém uma parcela só do contexto no qual a informação se dá. Assim, um registro, por exemplo, das tradicionais festas juninas do assentamento, não esgota o contexto mais amplo em que a festa está inserida, o contexto do final das colheitas, das disputas políticas internas ou externas ao assentamento, da situação nacional da Reforma Agrária, da política econômica nacional, da atuação do Estado e outros agentes etc. Nesse caso, é preciso considerar que não se trata do registro da realidade, mas de somente um aspecto dessa realidade, de um fragmento do contexto mais amplo e que, separado de tal contexto geral, esse fragmento se torna um outro contexto. Assim é preciso cuidado pra não tomar esse novo contexto da informação, como sendo o contexto original, como se fosse, a informação, não um fragmento do contexto mais amplo na qual ela se dá, e do qual a câmera filmadora não consegue dar conta, mas a própria realidade. Entender, então, a informação registrada como uma recorte da realidade, e que em si tem, muitas vezes, pouco poder de informar sobre o seu contexto original mas que, sendo analisada criticamente e resituada pela análise num contexto mais amplo pode oferecer elementos que contribui para a compreensão da realidade pesquisada, é, a nosso ver, fundamental para a utilização adequada da informação filmada.

A filmadora funciona, assim, como uma outra memória que auxilia o pesquisador no seu trabalho de coleta de informações, registrando e arquivando aquilo que é observado. Tal arquivo constitui uma importante fonte de consulta para o pesquisador, servindo, muitas vezes, para reavivar em sua memória as informações colhidas, bem como para outros pesquisadores que necessitem de tais dados ou queiram deles tomar conhecimento.

A UTILIZAÇÃO DA CÂMERA FILMADORA PARA O REGISTRO DE DEPOIMENTOS ORAIS.

A utilização da câmera filmadora no trabalho de coleta de depoimentos oral, tem nos sido uma importante experiência. Esta experiência tem revelado a viabilidade da utilização do registro audiovisual do depoimento oral. As vantagens do uso da câmera filmadora vão desde o aspecto operacional, uma vez que torna mais prático, mais rápido, mais eficiente o trabalho chatíssimo de transcrição das falas, até o aspecto científico mesmo, uma vez que o registro audiovisual, ao contrário do registro do depoimento em gravador, permite o acesso aos gestos, às expressões faciais, aos movimentos do olhar e do semblante da pessoa que depõe. E se entendermos que a fala não é apenas a emissão de som mas a conjugação destes vários movimentos, concluímos que o registro audiovisual registra a fala em sua totalidade de movimentos físicos que remetem às condições psicológicas de sua expressão, ao contrário do rádio gravador que apenas registra uma parcela deste conjunto de movimentos, sendo, portanto, ineficiente para a compreensão do que se busca no depoimento, sejam as representações, o conteúdo da memória, ou simplesmente informações de ordem objetiva. Quanto às possíveis desvantagens de se filmar depoimentos, advoga-se que a principal delas seria a de prejudicar a espontaneidade do depoimento, inibindo, constringendo, intimidando o depoente, porque a câmera filmadora seria mais indiscreta que o gravador. Nossa experiência com a filmadora neste tipo de trabalho ainda é muito recente para que possamos apresentar conclusões favoráveis ou desfavoráveis a tais objeções, no entanto,

acreditamos que os problemas atribuídos à câmara filmadora também podem ser atribuídos ao gravador.

Com o intuito de trazer elementos para essa discussão, realizei a experiência de filmar depoimentos de um assentado do Assentamento Bela Vista, sobre sua história de vida, e de quem já havia depoimentos gravados . em outra oportunidade, também sobre sua história. A idéia era trabalhar, numa perspectiva comparativa , o conteúdo dos dois depoimentos, com o intuito de verificar se as diferenças que haveria entre um e outro eram resultadas de algo de natureza diferente daquelas que normalmente ocorrem devido às variações das circunstâncias, à variação da disposição e das condições psicológicas do depoente, à variação de suas opiniões, de suas lembranças, ou devido à ocorrência de um fato novo que viesse mudar suas representações de sua vida, de seu passado etc. Na verdade, o que se procurava saber é se a variação do instrumento utilizado para registrar o depoimento iria provocar alterações significativas no conteúdo de tal depoimento bem como se iria afetar significativamente o comportamento do depoente. Também, é claro, procurava-se comprovar as supostas vantagens da utilização da câmara filmadora em lugar do clássico gravador, tais como: a captação da fala total⁴, a melhor instrumentalização do material, etc.

Em relação ao comportamento do entrevistado, o fato dele ter tomado conhecimento de que o que seria registrado não seria somente sua voz mas sua voz e sua imagem pode ter provocado uma certa preocupação com a aparência, uma vez que ele pediu um prazo pra que tomasse banho. Porém, pode ser que isso não tenha acontecido em virtude da preocupação com a aparência, que ele sabia ficaria gravada, mas se levarmos em conta que o entrevistado se encontrava trabalhando, nessa oportunidade, é possível que ele quisesse se lavar unicamente para seu conforto. Ainda, sobre possíveis alterações no comportamento do entrevistado em virtude da câmara acreditamos que o fato de uma filmagem exigir uma maior preparação que o gravador - por exemplo, é preciso acertar o local mais adequado onde ela deve ficar, o enquadramento, o zoom, e a sua própria

⁴ Entende-se por fala total, o conjunto de movimentos que uma pessoa exercita no momento em que expressa um pensamento, tais como: os gestos, movimentos das mãos, movimentos do olhar, expressões faciais, etc.

instalação - pode provocar uma espécie de artificialidade da situação, o que por sua vez pode fazer com que o entrevistado não se sinta à vontade ou reaja de maneira não natural, prejudicando, assim, a espontaneidade do depoimento. No caso que experimentamos, procuramos instalar e regular a câmera de maneira discreta, sem chamar muito a atenção do entrevistado, e no momento em que iniciávamos as entrevistas e ao longo dela, sempre procurávamos desviar a atenção do depoente para o entrevistador. Ao analisarmos o resultado da experiência que realizamos, acreditamos que esses cuidados tenham provocado resultados positivos, uma vez que, em nossa opinião, não ocorreram alterações significativas no comportamento do entrevistado comparado à primeira entrevista com gravador. Mas, que fique claro, não acreditamos que a fala do entrevistado tenha sido totalmente espontânea, o que pensamos é que a câmera filmadora não prejudica mais a espontaneidade que o gravador. Ambos, assim como a própria presença do entrevistador, são inibidores da espontaneidade. Nesse caso, cabe ao pesquisador a habilidade para lidar com isto. Além do mais, já se disse que o que se procura num depoimento oral não depende tanto da veracidade do que é falado. Se for assim mesmo, o prejuízo da espontaneidade que a câmera provoca, sendo, em nossa opinião, do mesmo grau que o provocado pelo gravador, não a incapacita enquanto instrumento ótimo para registro de documentos orais.

Também se advoga que a câmera filmadora possa inibir o depoente, a ponto de prejudicar o conteúdo da entrevista. Quanto a isso, com base na experiência que realizamos, acreditamos que não ocorre senão no mesmo grau do gravador, e que é uma das contingências desse tipo de pesquisa. O que queremos com isto dizer é que o conteúdo de um depoimento oral pode ser bom, regular, ruim, péssimo, inútil, etc em razão da variação de muitos fatores, tais como: disposição do entrevistado em depor, competência do entrevistador em administrar a entrevista, condições e circunstâncias em que a entrevista está sendo feita, sendo, portanto, o instrumento que está sendo utilizado para o seu registro mais uma dessas variantes, e não a única. Em nossa experiência, constatamos que não ocorreram alterações significativas tanto no conteúdo do depoimento como também na sua qualidade, ao contrário, o conteúdo e a qualidade dele, podemos dizer, foram praticamente os mesmos da entrevista registrada no gravador.

Sendo assim, pensamos que a câmera filmadora não deve ser descartada como um instrumento inviável na coleta de depoimentos oral mas que, pelo contrário, suas vantagens a colocam muito à frente do gravador. Em nossa experiência, comprovamos isto. Em primeiro lugar, a diferença entre o ouvir a voz do depoente e o ouvir e ver o entrevistado falar vai um avanço muito grande. Quando da análise do depoimento filmado, podemos verificar que as expressões do rosto do entrevistado, seus gestos, seu olhar, muitas vezes falavam mais que as próprias palavras proferidas, outras vezes, sugeriam até mesmo o contrário do que o entrevistado dizia, revelava o que o entrevistado procurava esconder ou simplesmente enfatizava aquilo que o entrevistado só com os recursos da linguagem verbal não conseguia enfatizar. E ,ainda, se levarmos em conta as dificuldades de linguagem, comuns a estas pessoas por conta das mais diversas formas de violência a que foram e, muitas vezes, continuam submetidos esses trabalhadores na sua luta pela sobrevivência e cidadania, e a própria característica de fragmentação do discurso que resulta do esforço da memória fragmentada, somos levados a crer que a sua fala só pode ser compreendida na sua totalidade de movimentos físicos, e isso a filmadora registra, certamente, com muito mais eficiência que a memória do entrevistador.

O que se pode discutir é viabilidade ou não do procedimento da pesquisa de depoimentos oral, e a sua própria capacidade de explicação sociológica de alguma coisa mas essa não é a discussão que nos interessa fazer aqui, neste espaço. Interessa-nos sim discutir a técnica da filmadora no registro desses depoimentos, e isto nos parece viável, agora se é possível analisar esses depoimentos, e se essa análise tem valor científico, não é nossa questão.

Quanto à *instrumentalização do material colhido*, também não temos dúvida que o material filmado, até por ser mais completo, é de consulta mais agradável que a escuta de horas e horas de gravações. Além de ser possível, através da edição, destacar as partes mais significativas, facilitando, assim, a consulta que não tem fins analíticos, ou a discussão do depoimento pelo grupo, que poderá ser feita, antes mesmo da finalização da transcrição, que sabemos, demora razoavelmente. A transcrição também é mais prática, uma vez que o movimento dos lábios auxilia na compreensão de palavras que não foram bem escutadas, além de

possibilitar que o que está sendo transcrito fique mais próximo da fala do depoente, uma vez que a câmera, permitindo o acesso à fala total, permite transcrevê-la na sua totalidade, inclusive permitindo que seja citados movimentos físicos mais significativos.

A DIVULGAÇÃO DO MATERIAL COLETADO E DOS RESULTADOS DA PESQUISA ATRAVÉS DO VÍDEO.

A divulgação da pesquisa, das informações alcançadas, dos resultados conseguidos etc. Através da realização de vídeos tem sido prática comum entre aqueles que desenvolvem pesquisas de campo. No caso das pesquisas em assentamentos, parece-nos ser este um meio ideal para transmitir à sociedade a produção dos pesquisadores, principalmente, porque os assentamentos, estando distantes das cidades, são pouco acessíveis à população como um todo e são por isso, pouco conhecidos.

Assim, a realização de vídeos de divulgação contribui para aproximar os resultados da pesquisa à população, além de ser mais uma forma de materializar a produção dos pesquisadores.

Também contribui para aproximar as diferentes pesquisas sobre a mesma temática, uma vez que, divulgando as questões levantadas, as respostas propostas, possibilita um diálogo com os demais pesquisadores da área.

Por outro lado, serve como meio de militância para os pesquisadores que já estão convencidos da viabilidade da Reforma Agrária enquanto meio de democratização, cidadania e criação de empregos, através da divulgação dos assentamentos, dos problemas enfrentados em decorrência da ausência de projeto sério de Reforma Agrária por parte do Estado e da ausência deste Estado no que diz respeito a criação das condições de permanência na terra destes trabalhadores, bem como da luta diária destes trabalhadores para conseguir a própria sobrevivência num sistema no qual sobreviver, para os mais pobres, é cada dia mais difícil.

REFLEXÕES À LUZ DA LUTA. (A SOCIOLOGIA E O SOCIÓLOGO DIANTE DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST)

JOSÉ GERALDO A. B. POKER*

Fala-se muito hoje sobre Reforma Agrária no Brasil. De assunto quase que restrito a certos redutos, como salas de aula de alguns cursos na universidade, matéria "esquisita" e distante apresentada por livros "críticos" de Geografia ou História nas escolas, ou objeto de discurso de programas de partidos políticos em tempos de eleição, o tema se popularizou de tal maneira que se pode ouvir falar nele nas conversas despreziosas em ambientes os mais variados possíveis. Muitas pessoas hoje já conhecem o significado da palavra "assentamento".

A popularização das discussões envolvendo questões relativas à Reforma Agrária poderia até ser entendida como expressão do desenvolvimento de um determinado estado de consciência política, onde a desconcentração da estrutura fundiária seria uma etapa importante num processo de extensão do direito à propriedade, o que teria desdobramentos econômicos consideráveis, como o aumento da produção agrícola através do aumento do número de produtores - uma solução definitiva para o problema do desemprego em massa que ameaça a economia mundial no final do século.

Se é fato observável que análises como essa são atualmente mais comuns que em tempos atrás, é preciso destacar também a maneira pela qual este assunto ganhou terreno inclusive nas ruas. A Reforma Agrária e os temas a ela correlatos não se popularizaram a partir do aparecimento espontâneo de uma preocupação na opinião pública. Tampouco a sua divulgação pode ser atribuída a uma campanha voluntária da mídia no

* Doutorando em Sociologia pela FFLCH - USP, Professor Conferencista do Departamento de Sociologia e Antropologia da UNESP, Câmpus de Marília e pesquisador do CPEA (Centro de Pesquisas e Estudos Agrários) da UNESP, Câmpus de Marília.

sentido de sensibilizar e despertar as pessoas para o problema da terra no Brasil. E deve muito menos ainda a uma iniciativa gratuita do Estado, na tentativa de encontrar alternativas de desenvolvimento econômico para o país. Em outras palavras, a atenção voltada à questão da terra e tudo mais que isso representa, não pode ser tomada como sinal de amadurecimento político da população em geral, da preocupação da mídia em relação à qualidade da vida dos por ela considerados "menos favorecidos", e nem como projeto de um governo preocupado em promover a justiça social.

É preciso reconhecer que existe conhecimento e interesse sobre o que cerca o tema Reforma Agrária em diversos setores da sociedade brasileira, já que os conflitos e movimentos de luta pela terra são ocorrências bastante antigas por aqui, sendo a Reforma Agrária apontada como uma solução possível nesses casos. No entanto, até pouco tempo, por conta dos locais e da quantidade de pessoas envolvidas, muitos dos conflitos demoravam a virar notícia.

A massificação e inscrição desse tema como assunto polêmico no momento presente deve ser creditado, sem sombra de dúvida, à recente estratégia de luta adotada pelos movimentos, sobretudo aqueles organizados sob a mediação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que atua em diversas partes do país. Trata-se daquilo que o Movimento chama de *ocupações* de terra, em contraste - por motivos óbvios - ao que a imprensa e a polícia classificam como sendo *invasões*. A polêmica sobre as ações do Movimento ganhou definitivamente as ruas à medida que as ocupações passaram a privilegiar como alvo as grandes propriedades particulares, ao invés de se concentrarem nas terras públicas como vinha sendo feito. A radicalidade contida nesta forma de luta, obriga necessariamente o Estado a agir, deixando-lhe apenas duas escolhas: ou cede às reivindicações ou reprime o movimento. Mas mesmo que queira, não consegue ignorar o fato criado pelas ocupações, que transcende o terreno do apenas político, tornando-se fato jurídico e até ético.

A luta pela terra não consiste mais em conflitos isolados, distantes e por isso desconhecidos da opinião pública. Acampamentos e ocupações são feitos em massa, envolvendo muita gente, em lugares onde nunca se imaginou provável que algo dessa natureza pudesse acontecer.

As ocupações não somente obrigam o Estado a agir, mas ao mesmo tempo servem-se do espaço conquistado na imprensa para denunciar (agora em escala planetária) as formas e características da propriedade e uso da terra no Brasil, onde se permite a apropriação por um único dono de imensas áreas de terra, em certos casos de maneira suspeita e com requintes de violência, acobertada quase que sempre pela conivência dos poderes públicos. Por causa das ações desenvolvidas pelo MST, a imprensa nacional tem revelado a todos que aquilo que sempre pareceu roteiro de filme ou novela de televisão, por mais insensato e inacreditável que muitas vezes pudesse ser, era concretamente o cenário verdadeiro do Brasil real.

E não pára nisso. A cada ocupação seguem-se casos de arbitrio daqueles que se dizem representar a lei, tomando evidente que a justiça brasileira enxerga bem e, longe de fazer justiça, sabe proteger os privilégios daqueles que deseja defender. Para não mencionar outros, o caso do assassinato de ocupantes/invasores em Corumbiara e a prisão de lideranças do MST no Pontal do Paranapanema, decretada pelo juiz de Sandovalina acatando a uma denúncia mal explicada feita pelo Delegado de Polícia local, são casos que merecem consideração. Demonstram, sem deixar qualquer dúvida, a crença de que as leis no Brasil somente são aplicadas aos fracos, aos anônimos, aos desprotegidos. Aos que tem "nome" e são amigos, a estes sim é reservada a "justiça" e o "direito". Depois do que aconteceu no Pontal, não se pode mais alegar que isso seja apenas paranóia da esquerda: é possível distinguir muito bem aqueles que vão ser punidos pela lei dos que merecerão a proteção do direito.

Com a mesma simplicidade com que montam os barracos de lona preta, sentindo-se donos legítimos daquilo que não se encontra em uso, sem pedir licença para ocupar, os sem terra invadem - e agora é essa mesma a palavra - e tumultuam o terreno da ordem constituída em várias de suas dimensões, inclusive o terreno da ciência. Concordando ou não com os métodos empregados, é preciso reconhecer que a luta social levada adiante pelo MST, por prender-se na conquista e permanência na terra como objetivos imediatos, não apenas questiona diretamente o sistema de propriedade vigente e as leis que o garantem, mas também, indiretamente, alcança e interfere em outros aspectos da vida cotidiana nacional. Alguém já disse isso, mas vale repetir: a luta pela terra, tal como se realiza,

representa a luta por direitos ao mesmo tempo em que denuncia as práticas da exclusão. Deriva também daí o potencial transformador contido no MST.

Visto sob um olhar mais amplo, é possível concebê-lo não somente como uma das formas de resistência assumidas diante das práticas de exclusão. Sendo a tradução atual mais importante das práticas de luta pela terra no Brasil, o MST reúne consigo a experiência e o aprendizado histórico dos seus predecessores em relação aos erros e acertos diante dos problemas enfrentados, alguns deles ainda continuando os mesmos, apesar das mudanças conjunturais que aconteceram. Como tentativa de solução tem-se uma possível definição do que representa o MST: um fenômeno de difícil explicação, que conjuga simultaneamente um misto de movimento social, mediador de conflitos e agência de mobilização.

É um movimento social à medida que, em torno de um projeto de transformação, uma determinada coletividade atua organizadamente dentro da sociedade civil buscando conquistar nela um espaço legítimo de sociabilidade e vida alternativas. Enquadra-se, portanto, na definição de Ilse Sherer-Warren, para quem os movimentos sociais são entendidos como "uma ação grupal para transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção)" ¹. Ou ainda, conforme a análise de Alberto Melucci, onde os movimentos são "uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação" ².

No entanto, o Movimento não se restringe a um grupo exclusivo de camponeses enfrentando o "sistema" o tempo todo num lugar específico. Apostando que a ampliação de seu poder de reivindicação ocorre na proporção em que "massifica" a luta e o campo de conflito, atraindo novos adeptos, o MST trabalha incessantemente para engajar a maior quantidade

¹ SHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos Sociais**. Florianópolis. Editora da UFSC, 2ª ed., 1987, p. 20.

² Conferir em MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais**. In Revista LUA NOVA, nº 17, junho de 1989, p. 57.

de sujeitos possível em torno do seu projeto de transformação, onde a terra aparece como elemento essencial.

Torna-se uma agência de mobilização, portanto, à medida que a delimitação do projeto acontece junto com a expansão dos atributos necessários aos sujeitos potenciais que dele queiram participar. Então, indo nessa direção, pode-se dizer que o MST não é um movimento exclusivo *de camponeses* (aqui pensados como categoria econômica), afirmando-se mais como movimento *para camponeses* (definidos enquanto categoria cultural).

Há duas interpretações dessa concepção. A primeira sugere que não são os camponeses enquanto pessoas concretas e efetivas, uma categoria restrita de sujeitos, os únicos integrantes potenciais do Movimento. Conforme sua atividade tem demonstrado, o Movimento encontra-se aberto também e sobretudo àqueles que se identifiquem como tal enquanto modo de ser, tendo a terra como locus imaginário ideal de um projeto de vida.

De outro lado, ser um movimento *de* e muito mais *para* camponeses implica a institucionalização do Movimento. Como indica a expressão, ele não somente deseja a conquista da terra para um grupo determinado de pessoas, mas pretende inserir-se como modo de vida alternativo, para depois enveredar na luta pela transformação da sociedade como um todo ³. É preciso assim que o MST permaneça ainda ativo enquanto movimento, mesmo depois que a reivindicação que lhe deu origem perca o sentido, como aconteceria caso o Movimento tivesse sucesso e todos os seus integrantes recebessem terras, ou se o Estado decidisse por uma ampla Reforma Agrária, por exemplo.

Pode-se entender dessa forma as razões que levam o Movimento a investir na "conscientização", num continuado esforço pedagógico cujos objetivos seriam, num primeiro momento, motivar as pessoas a ingressarem no Movimento despertando o "camponês" dentro delas, acenando-lhes com a possibilidade de resolverem seus problemas materiais pelo acesso à terra mediante a conquista. O Movimento oferece às pessoas

³ Conferir em MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Caderno de Formação nº 20. A cooperação Agrícola nos Assentamentos. s.l., s.n., 1993.

uma proposta concreta de mudar o real, de resolver problemas. (Pelo que demonstra o número cada vez maior de famílias nas ocupações, tal proposta tem sido muito bem recebida).

O trabalho de "conscientização", porém, não termina aí. É preciso que o Movimento cuide de sua reprodução enquanto ideal de transformação da sociedade, e não somente como possibilidade de solução para problemas no curto prazo. Começa então uma segunda fase do trabalho pedagógico, que pretende convencer as pessoas acerca da viabilidade da adoção de uma outra forma de trabalho e gestão da terra. As práticas de "conscientização" nesse momento assumem-se de fato como tentativas de ressocialização. Trata-se de desenvolver nos sujeitos uma visão de mundo que lhes permita aceitar a gestão coletiva da terra e do trabalho, substituindo as concepções que lhes encaminham à gestão familiar/individual.

Brevemente considerando, são duas as justificativas para isso: a econômica e a estratégica. Do ponto de vista econômico, o Movimento entende ser a produção organizada coletivamente o meio mais fácil de viabilizar a sobrevivência econômica daqueles que conquistam um pedaço de terra, dos sem-terra que conseguem se transformar em assentados através da luta.

A premissa que orienta esta conclusão é bastante clara. Embora represente uma conquista, conseguir do Estado a terra é metade do caminho. A outra parte, talvez mais difícil, seja permanecer nela. Vale lembrar que o Estado concede a terra, mas não protege o agricultor nascente dos mecanismos de exclusão presentes no sistema. Chegando à terra sem muitos recursos, o assentado que opta pelo modo de vida tradicional tem poucas chances de melhorar sua qualidade de vida, por não conseguir se integrar efetivamente como produtor nos padrões definidos mercado, por não conseguir competir de maneira lucrativa. O Movimento avalia que as consequências disso são bastante sérias. Inviabilizando-se como produtor, o assentado diretamente inviabiliza a luta pela terra diante da opinião pública. O inverso também é verdadeiro. Quanto melhor sucedido for o assentado, mais a concessão de terras será vista como solução adequada ao problema do desemprego, da miséria, da fome, etc.

A gestão coletiva da terra e do trabalho é também interessante ao Movimento, porque apresenta a possibilidade de concretizar alterações no cotidiano aqui e agora dos assentamentos, de levar as pessoas a praticar outras relações sociais alterando com isso sua maneira de pensar, o que se constitui numa etapa importante do projeto de transformação da sociedade pretendido pelo Movimento.

Na lógica do Movimento, não se consegue distinguir o que seria mais importante: a viabilização econômica ou a alteração da visão de mundo dos assentados. São condicionantes mútuos, à medida que o sucesso econômico reforçaria a mudança da mentalidade tradicional, responsável pelo "individualismo", e esta mudança, por sua vez, garantiria a aceitação da gestão coletiva como forma válida, inclusive, de vida individual.

No entanto, apesar de apresentar vantagens concretas em relação à gestão familiar/individual da terra, a proposta de coletivização tem encontrado muita resistência quanto à sua aceitação pelos assentados. Muitos deles preferem correr riscos de virem a perder a terra enfrentando sozinhos a competição no mercado, a integrarem os projetos de cooperação propostos pelo Movimento.

É nesse ponto que o MST se encontra com as experiências anteriores das formas organizadas de luta pela terra e que pretenderam também exercer alguma modificação no cotidiano por intermédio da coletivização da terra e do trabalho. Ao longo do tempo, várias tem sido as explicações para a resistência em relação ao coletivismo. Dentre as mais famosas, já inscritas no senso comum sobre os movimentos, aquelas que atribuem aos adeptos da gestão individual/familiar certos defeitos de ordem moral, como o "egoísmo", a "alienação", a "falta de solidariedade". Existem outras, onde os defeitos tem origem em aspectos culturais ou ideológicos, como "a incorporação da ideologia dominante" ou a "mentalidade tradicional", apontados como fatores responsáveis pela recusa das propostas de coletivização.

Interpretações mais lúcidas sugerem ser a resistência motivada, e muitas vezes até ampliada, por conta de problemas inerentes à "metodologia" empregada na proposição da alternativa da gestão coletiva, indicando não serem os movimentos homogêneos em termos de projetos para a terra, expressando os vários tipos de atores sociais neles envolvidos

formando grupos de interesse disputando o poder de formular um único projeto a ser teoricamente aceito por todos. Por "metodologia" entende-se aqui os processos e os meios pelos quais um grupo melhor articulado tenta convencer os outros acerca do melhor projeto, que seria o seu.

Mas a despeito das explicações sobre a resistência à adoção da gestão coletiva, é importante destacar que esta idéia não pertence originariamente ao referencial camponês, tão enfaticamente exaltado quando se trata de justificar os movimentos. É um ideal que veio *de fora*, trazido por intelectuais e muitas vezes aceito por grupos em processo de mobilização e confronto. Por intelectuais aqui deve-se entender as pessoas "de fora" que de uma forma ou outra envolvem-se com os movimentos, inclusive até influenciando os intelectuais *de dentro* deles. São os técnicos do Estado, pessoas ligadas à Universidade que assessoram grupos em formação, agentes da Igreja, militantes de partidos políticos. A palavra coletivização adquire significados conforme a procedência do intelectual/assessor: para os técnicos do Estado, trata-se de promover o *associativismo*; para os agentes da Igreja, sobretudo da antiga CPT Comissão Pastoral da Terra), interessa desenvolver o *trabalho comunitário*; *gestão coletiva* ou *trabalho coletivo* para egressos da universidade (sociólogos, por exemplo) e militantes de partidos políticos. Isso sem esquecer que o MST desenvolve nos acampamentos e assentamentos um trabalho de "conscientização" sobre o *cooperativismo* na forma atual por ele defendida.

Segundo Martins, as modalidades de organização envolvendo a coletivização da terra e do trabalho tiveram origem "nos anos cinqüenta, introduzidas pelo Partido Comunista", quando seus militantes "consagraram o *mutirão*, na forma de trabalho comunitário sistemático, juntamente com outras formas de organização coletiva, como meio político de garantir a subsistência dos camponeses" ⁴.

Como aconteceu também em outras experiências de movimentos, o MST é um bom exemplo da participação de agentes na luta pela terra que não pertencem necessariamente à mesma categoria de sujeitos dos seus

⁴ Ver MARTINS, José de Souza. Introdução. In ESTERCI, Neide (Org.). *Cooperativismo e cooperação no campo. Questões sobre a prática da Igreja Popular o Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984, p. 11.

protagonistas imediatos, os camponeses. No MST há, reconhecidamente, tantos ritmos e projetos para a terra quantas segmentações em sua hierarquia, dividida entre *direção, base e massa*⁵. A *direção* e a *base* via de regra caminham segundo o projeto do Movimento, dizem possuir uma "consciência política", que é fortemente influenciada por conceitos vindos da intelectualidade acadêmica e da Igreja. Já a *massa*, apesar de ser ela a responsável pelo contingente das ocupações, mantém-se nos domínios do tradicional e do senso comum, possuindo projetos disformes, e que não são obviamente afinados com os da *base* e *direção*. Precisa portanto ser "conscientizada", educada, pelas outras duas para que venha a compreender e aceitar o projeto do Movimento, tornando-se *base*.

É nesse contexto que o MST, por causa da maneira pela qual vem conduzindo a luta pela terra e atualizando os ideais e as práticas pedagógicas dos agentes de mobilização anteriores acerca da gestão coletiva da terra e do trabalho, e a exemplo do faz em outros campos, igualmente coloca questões à Sociologia, ciência que possui nítida influência nos projetos que o Movimento carrega. Os embates, as contradições e a busca pela melhor "metodologia" nas relações entre *direção/base* "versus" *massa*, no tocante à homogeneização do projeto político dentro do Movimento, produzem de uma certa forma um ambiente de relações e conflitos que se assemelha à dualidade *sujeito/objeto* no processo de produção do conhecimento científico que se reproduz também na Sociologia. Tal ambiente propicia ao sociólogo uma rara oportunidade

⁵ Segundo o MST, isso remete às seguintes funções: "a) Direção: É o núcleo dirigente responsável pela direção, unidade e condução do movimento de massa. Deve estar a nível local, estadual e nacional. b) Militantes: São os que dão sustentação e organicidade ao movimento de massa. Ou seja, são pessoas mais conscientes, que fazem o vínculo entre os objetivos e decisões que a organização toma com sua ampliação na base e no meio da massa. c) Base: São trabalhadores que se identificam com a organização e se sentem parte dela. d) Massa: São todos os trabalhadores que se mobilizam em torno de objetivos comuns e que dão representatividade ao movimento. É a população atingida pelas mensagens que pode ou não se mobilizar". Isso conforme as instruções da "Cartilha Nº 2: "Vamos Organizar a Base do MST" - uma publicação do próprio Movimento. Nesse sentido, o trabalho de conscientização, na forma como pretende o MST, deve fazer com que a massa venha a ser transformada em militância.

de observar e refletir sobre os desdobramentos e as consequências possíveis das diversas formas de relações de poder que cercam as atividades de "conscientização" de uns sobre outros.

Pode então o sociólogo vir a descobrir que, longe de ser uma batalha de outros, o que vê na prática do Movimento é de fato uma limitação que muitas vezes não percebe na própria teoria, mas que se manifesta de uma maneira ou outra quando decide ser sujeito da história, desejando interferir no real a partir dos ideais que acredita e defende engajando-se em movimentos sociais.

Além disso, não se deve de maneira alguma esquecer a influência que a Sociologia e seus paradigmas tem exercido sobre a reposição e atualização de antigos projetos no Movimento. Ao acompanhar o Movimento, portanto, o sociólogo tem a chance de, ao mesmo tempo em que observa as contingências da transformação do real, também avaliar de que modo a Sociologia tem contribuído para que as mudanças propostas pelo Movimento realmente aconteçam ao nível da vida cotidiana projetada nas práticas dirigidas à emancipação.

Enfim, o MST em sua triplice trajetória como movimento social, agência de mobilização e mediador de conflitos proporciona ao sociólogo a oportunidade de refletir sobre as condições da construção do pensamento sociológico na concretude do cotidiano; de verificar em tempo real as consequências materiais que podem derivar da forma com que o Movimento tem incorporado e praticado os paradigmas das Ciências Sociais como um todo e de investigar a si mesmo, questionando a eficácia do exercício de seu papel de intelectual na maneira como tem colocado o saber que detém à disposição dos que buscam algum tipo de emancipação.

O que tem acontecido em diversas ocasiões nos movimentos sociais pode ser repetido nesta alegoria. Dotado das melhores intenções e imbuído do mais puro espírito libertador, parte o intelectual (que pode bem ser um sociólogo, mas é indiferente se não for, o que importa é a conduta) na sua tarefa de organizar e dirigir a *massa*. Logo percebe porém que a *massa* tem vida própria e não é tão disforme quanto a sua ciência lhe fez ver. Para sua surpresa, vê que a *massa* consegue ter projetos próprios dentro daquilo que o conhecimento que detém lhe permite elaborar. Diante disso, porém, o intelectual pode concluir que, por viver a *massa* em um

contexto de dominação inclusive cultural, seus projetos estão repletos de idiossincrasias, de imitações e adaptações da cultura dominante. É necessário então investir na criação de um projeto realmente próprio para a *massa*, do qual o intelectual julga-se responsável por ter ele a posse do saber, e de onde derivará, junto com o projeto também um modelo de *ser consciente* necessário para que a *massa* seja conduzida à sua emancipação.

Embora pareça exagero, histórias como essa aconteceram e ainda acontecem de verdade, não somente nos movimentos, mas em vários ambientes onde a postura científica intermedia relações sociais. E a despeito desta alegoria ser inspirada nas idéias defendidas por Gramsci⁶, não faria diferença se fosse qualquer outro o paradigma adotado na relação. O que interessa é atentar para a maneira como a ciência se realiza na atividade do intelectual.

Há uma série de relatos a respeito das consequências que tiveram as aventuras de intelectuais desenvolvendo atividades de "conscientização" promovidas nos movimentos de luta pela terra⁷. Sintetizando-se na proposta da coletivização e a pretexto de realizar uma intervenção transformadora na realidade, o que tem sido comum na relação do intelectual com a massa "camponesa" é a reprodução da dualidade científica sujeito/objeto, o que tem como primeira consequência a desqualificação da *massa* como sujeito do conhecimento, e portanto, sua desqualificação como sujeito político.

⁶ A referência é feita ao conceito de "intelectual orgânico" e ao papel que deve desempenhar junto à massa prescrito por Gramsci. Mais detalhes sobre este assunto, procurar em GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1991, p. 91-92; ou ainda em GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. Ver também ORTIZ, Renato. **A consciência fragmentada. Ensaio de cultura popular e religião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

⁷ Caso se queira mais detalhes sobre o assunto, procurar em POKER, José Geraldo A.B. **A prática da vida e os desencontros da Libertação**. Dissertação de Mestrado. FFLCH - USP, 1994. Ver sobretudo o capítulo II: As bases do conflito: o individual e o coletivo em discussão.

É possível imaginar o que acontece depois, na maioria dos casos. Enquanto o apoio do intelectual for considerado interessante para que o movimento consiga atingir seus objetivos, sua presença é tolerada no grupo. Mas tão logo quanto possível, à medida que conquistam a terra, os sujeitos efetivos dos movimentos tratam de se livrar dos intelectuais, dispensando junto com eles também as idéias que defenderam, muitas delas até aproveitáveis.

Avaliando a atuação do intelectual nestes casos, o que se percebe é que a rejeição às suas propostas não se limita a uma simples questão de "metodologia", como poder-se-ia supor, e às vezes, se costuma diagnosticar. A rejeição deve ser interpretada antes de tudo como uma demonstração de reprovação e revolta em relação ao conteúdo político sugerido pela sua postura, ainda que isso não seja verbalmente indicado. Reprovação e revolta quanto à tendência do intelectual de não reconhecer a legitimidade dos verdadeiros sujeitos e dos projetos contidos nos movimentos. É evidente que qualquer forma de "conscientização" que se valha dessa fórmula caminha para o insucesso, por mais acertado que seja seu conteúdo, como tanto já advertiu Paulo Freire e os demais envolvidos com a Educação Popular⁸.

A menção a Paulo Freire não é gratuita. Crítico severo das práticas iluministas de "conscientização", que consistem em desqualificar a *massa* enquanto subjetividade conceptual e histórica, e que se resumem grosso modo na transferência de modelos de consciência acompanhados dos padrões de comportamentos correspondentes a uma determinada clientela, foi Paulo Freire quem explicitou pela primeira vez na pedagogia brasileira a influência das relações de poder no processo pedagógico, componente este responsável pela reprodução do sistema de dominação nas práticas educativas, mas de igual maneira, caso empregadas em favor dos oprimidos, tais relações representariam a possibilidade de ruptura com o sistema de dominação, permitindo a realização de ações transformadoras.

⁸ Caso se queira mais detalhes sobre este assunto, procurar em BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Lutar com a palavra. Escritos sobre o trabalho do Educador**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985; ou em FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

Nesse sentido, quando um intelectual opta por "conscientizar" uma determinada *massa* em movimento, e quando, oculto nesse conceito/objetivo encontra-se o propósito de desqualificar os projetos populares por considerá-los um saber ilegítimo, qualquer que seja a metodologia adotada, acontece o que de pior poderia acontecer: pensando estar trabalhando na construção do novo, o intelectual introduz os vícios contidos no processo de produção do conhecimento científico no grupo em que atua, através da manutenção do verticalismo autoritário escondido na relação entre os papéis de ensinar/mandar - aprender/obedecer. E com isso, ao invés de ajudar, o intelectual acaba muitas vezes por atrapalhar e abafar uma real tentativa de construção do novo, que poderia estar contida nas velhas formas da cultura que o intelectual tenta eliminar com o intento de "transformar". Por dispensarem muito pouco da crítica que despejam sobre outros em si mesmos, não é raro que intelectuais, inclusive sociólogos, sejam flagrados exercendo certa prática, embora pensando estarem fazendo algo completamente diferente. São as contradições da *práxis*.

É importante aqui lembrar de Foucault, para quem "é preciso pensar os problemas políticos dos intelectuais não em termos de 'ciência/ideologia', mas em termos de 'verdade/poder' ". Segundo ele, o conceito de verdade não significa " 'o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou aceitar', mas 'o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder' " ⁹. Assim,

*"O problema político essencial para o intelectual não é criticar os conteúdos ideológicos que estariam ligados à ciência ou fazer com que sua prática científica seja acompanhada por uma ideologia justa, mas saber se é possível constituir uma nova política da verdade. O problema não é mudar a 'consciência' das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção da verdade".*¹⁰

⁹ Conferir em FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992, p. 13.

¹⁰ idem, *ibidem*. p. 14.

Caminhando neste mesmo rumo, pensando "o trabalho intelectual com as classes subalternas", José de Souza Martins denuncia ser a crença na "impotência política das classes subalternas, particularmente do campesinato, tão enfaticamente formulada por diferentes correntes teóricas, é a um tempo produto de insuficiências teóricas e produto de uma crise do conhecimento que lida com essas classes" ¹¹. Para ele, é preciso que o intelectual reconheça a especificidade dos "novos movimentos sociais", que não têm como objetivo a conquista do Estado, mas a busca pela afirmação enquanto conhecimento e modo de vida no interior da sociedade civil ¹². Preso a paradigmas autoritários, "o intelectual orgânico do partido", segundo Martins, "é o principal fator de esvaziamento das lutas populares em favor das organizações, dos partidos e da centralidade política do Estado (que, no caso, é um Estado oligárquico e de tendência clientelística).

Esta aí, certamente, a crise maior que atinge em cheio as classes subalternas e compromete fundo suas possibilidades políticas" ¹³.

Tais fatores necessariamente devem levar ao questionamento e reorientação da postura do intelectual e de seu papel nos movimentos sociais, o que, ainda conforme Martins, "é a de descortinar a universalidade contida na realidade pré-interpretada pelo subalterno, que sugere uma teoria da prática" ¹⁴.

É nesse contexto que o MST proporciona ao sociólogo que deseja se engajar numa atuação política efetiva, uma boa oportunidade para que pense sobre si mesmo e o tipo de serviço que pode oferecer aos movimentos que se propõem uma transformação na sociedade, ainda que de forma pontual e localizada. Por conta da natureza de seu conhecimento sobre a convivência em todas as implicações, não se coloca em dúvida a utilidade do saber sociológico em ambientes como os oferecidos pelo Movimento.

¹¹ Conferir em MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite. Emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo**. São Paulo: Hucitec, 1989, p. 132.

¹² Uma análise semelhante é desenvolvida por Tilman Evers em **Identidade. A face oculta dos novos movimentos sociais**. Novos Estudos/ CEBRAP, nº 4, abril de 1984.

¹³ MARTINS, José de Souza. **Caminhada...** op. cit. p. 135.

¹⁴ idem, *ibidem*. p. 134.

No entanto, é o caso de se questionar a capacidade do sociólogo e a validade dos paradigmas de que dispõe para uma atuação verdadeiramente transformadora. Em que medida conseguiria ele empregar o conhecimento da ciência sem que isso permitisse a emergência de relações de poder que viessem a comprometer o processo de emancipação dos movimentos?

Há boas chances de que isso possa acontecer, desde que a ciência, a Sociologia, seja reconstruída em face das experiências e do conhecimento produzido ao longo da trajetória das lutas populares. Nesse sentido, é imprescindível que o sociólogo identifique e saiba inverter o *objetivismo* inerente ao conhecimento científico, conseguindo instrumentalizar sua ciência para produzir o conhecimento necessário a uma análise sobre si mesmo, tornando-se simultaneamente sujeito e objeto do próprio saber, ao invés de aplicá-lo apenas no diagnóstico do que avalia ser problema nos outros. Fazendo assim, pode identificar as contradições e incoerências deixadas em si no contato com os vícios da elaboração das verdades científicas, vigiando-se para não reproduzi-las.

Mais ainda, usando a ciência para conhecer-se por dentro de sua *consciência*, o sociólogo toma-se em condições de estar muito mais a *serviço*, de ser *cúmplice* e não ser apenas um *interventor* nos movimentos. Pode inclusive vigiar e denunciar quando dentro dos movimentos se reproduzem relações autoritárias por conta de intelectualismos deformados, alertando para que as incoerências e contradições ainda presentes, sobretudo no MST, não terminem por comprometer as possibilidades reais de construção do novo que o Movimento contém.

Enfim, é preciso que o sociólogo, por conta do referencial proporcionado pela sua ciência, mais do que outros intelectuais, não se contente em ser apenas sujeito de um conhecimento, mas que transforme este conhecimento no espelho pelo qual consiga enxergar-se também enquanto sujeito da história com todas as suas limitações. Como alguém que busca a *consciência de si*, agora sim poderá o sociólogo sentir-se pronto para analisar os outros. Esta é a lição que os movimentos populares tem nos deixado, e o MST, com seus acertos e descompassos tem renovado de diversas maneiras. É por isso que os movimentos sempre trazem algo de inovador, produzindo questionamentos e aflições que abalam domínios que

sequer imaginam existir. Mostrar isso talvez seja realizar aquilo que Martins sugere ser o novo papel do intelectual dentro dos movimentos: o de descortinar a universalidade neles contida.

O que foi apresentado aqui não constitui qualquer novidade. Tanto quanto os movimentos sociais de luta pela terra são antigos, também a reflexão sobre a atuação de intelectuais junto a grupos em movimento tem sido feita, em muitos casos, à exaustão. É o caso dos estudos que envolvem a Educação Popular, onde este tem sido um tema recorrente de pesquisas, pelo menos há trinta anos.

O curioso é notar que, apesar de sua importância na formação do sociólogo, qualquer que seja o encaminhamento que dê à sua carreira, pouco se tem incorporado desse conhecimento derivado das circunstâncias da *práxis* em forma de epistemologia nos cursos de graduação em Ciências Sociais. Do mesmo modo, as disciplinas ali oferecidas parecem pouco propensas a abrir espaços para a discussão acerca dos erros e acertos dos paradigmas da Sociologia e da atuação dos sociólogos quando ciência e cientista aventuram-se em projetos de mudança no mundo real. E no contexto da vida na virada do milênio, é preciso que não somente a Sociologia, mas as Ciências Sociais como um todo, estejam preparadas para comprovar o emprego real do conhecimento que produzem, sob pena de virem a ser confinadas a redutos acadêmicos, transformadas em saberes meramente burocráticos, de utilidade duvidosa no cotidiano. Para tanto, o exame crítico dos paradigmas e dos modelos de homem e sociedade elaborados sob a sua mediação, submetendo-os à experiência dos movimentos sociais, parece ser imprescindível. Talvez valha a pena pensar mais sobre isso.

BIBLIOGRAFIA

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Lutar com a palavra. Escritos sobre o trabalho do educador.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- EVERS, Tilman. **Identidade. A face oculta dos novos movimentos sociais.** Novos Estudos/CEPBRAP, nº 4, abril de 1984.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 16ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- MARTINS, José de Souza. Introdução. In ESTERCI, Neide (org.). **Cooperativismo e coletivização no campo. Questões sobre a prática da Igreja Popular no Brasil**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.
- _____. **Caminhada no chão da noite. Emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais**. LUA NOVA, nº 17, junho de 1989.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Caderno de Formação Nº 20. **A cooperação agrícola nos assentamentos**. s.l., s.n., 1993.
- _____. **Cartilha Nº 2. Vamos organizar a base do MST**. s.n.t.
- ORTIZ, Renato. **A cultura fragmentada. Ensaio de Cultura Popular e religião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- POKER, José Geraldo A. B. **A prática da vida e os desencontros da Libertação**. Dissertação de Mestrado. FFLCH - USP, 1994.
- SHERER - WARREN, Ilse. **"Movimentos Sociais"**. 2ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.

PESQUISADOR-MILITANTE OU MILITANTE-PESQUISADOR: DILEMAS DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA FRENTE À PRÁTICA POLÍTICA

LUÍS ANTONIO BARONE

A investigação social, segundo todos os manuais, oferece um aspecto diferenciado em comparação com a pesquisa nas ciências naturais. O problema da subjetividade do pesquisador, seu relacionamento com o "objeto" - tão próximo e de difícil isolamento - sempre merece um capítulo nos livros introdutórios de sociologia. Lembro-me perfeitamente dessa questão sendo discutida ainda no meu primeiro ano de faculdade.

Em qualquer dos paradigmas clássicos das ciências sociais, essa problemática é enfrentada e, como resultado, obtém-se desde a separação mais arbitrária e asséptica entre pesquisador e pesquisado (como na tradição positivista), até um assumir "heróico" de uma postura engajada e comprometida com o pesquisado, em sua luta por reconhecimento e direitos. Se a primeira opção "esfria" de forma irreal essa relação tensa e rica que o pesquisador tem com o seu tema, a segunda - quase sempre preconizada pelos meus mestres - muitas vezes se perde nas suas intenções, tornando-se um mero bordão, ou quase que uma regra de etiqueta acadêmica.

Este trabalho procura relatar uma experiência de pesquisa que teve de enfrentar, de forma particularmente aguda, esse dilema que envolve a investigação social. Trata-se da trajetória de um pesquisador que, tentando fugir do frio positivismo, se chocou com as dificuldades de realizar um trabalho com critérios científicos e, ao mesmo tempo, manter uma relação de intervenção política junto aos grupos sociais pesquisados. Ser um pesquisador-militante, ou um militante-pesquisador, foi algo que me atormentou durante os anos em que cursei a pós-graduação. Posso dizer hoje que uma opção dessas oferece desafios que superam em muito as "cartas de intenções" constantes da apresentação de muitas teses e dissertações.

A solução apresentada por mim diante disso, porém, não é exatamente nova, posto que se inscreve perfeitamente nas prescrições de um clássico das ciências sociais. A escolha pela "neutralidade axiológica" proposta por Max Weber está longe de significar uma falta de compromisso com a realidade no que esta tem de mais pungente. Longe disso, parece oferecer um espaço seguro para se produzir um conhecimento, que pode e deve ser apropriado na construção de qualquer ação política visando a superação de problemas vividos pelos trabalhadores rurais em sua busca de reconhecimento e melhoria de vida. Se a contribuição foi pequena, este fato não invalida o sentido de sua intenção.

Já na recuperação de minha trajetória como estudante de graduação, pode-se perceber o desenho desse dilema, nos termos através dos quais ele se me apresentou. A alternativa por cursar Ciências Sociais, em um bom número de casos, é feita sempre levando-se em consideração o interesse por questões políticas. Ingressei na faculdade em 1985, no início do primeiro governo civil no Brasil depois de mais de vinte anos de regime militar e, como muitos dos meus colegas, o impacto da luta contra a ditadura me levou a querer saber mais de política, filosofia, ciências humanas enfim. Era de esquerda, talvez mais por uma situação momentânea do que por uma decisão madura - e creio que esse tipo de opção carrega sempre um *quantum* de fatores conjunturais, aliado a uma natural propensão à transgressão, própria da juventude. O fato é que todos os temas que vieram à tona nesse momento da transição política do país se tornaram muito caros à apreciação de um jovem cientista social em formação.

Nesse contexto, o assentamento de cerca de cinquenta famílias de trabalhadores rurais na região de Araraquara logo no meu primeiro ano de curso (os dois primeiros núcleos da fazenda Monte Alegre datam de 1985), tudo ainda no rescaldo das recentíssimas greves de Guariba (maio/84 e janeiro/85), me atraiu de maneira fulminante para o estudo dessa temática. Já em 1987, então no terceiro ano, comecei a trabalhar numa pesquisa sobre as condições de vida e trabalho dos bóias-frias, projeto coordenado por Vera Lúcia S. Botta Ferrante (desde então, minha orientadora) e Maria Aparecida Moraes e Silva.

Foi uma experiência marcante onde, além do primeiro contato com algumas técnicas de investigação (aplicação de questionários e, posteriormente, coleta de depoimentos em entrevistas semi-diretivas), o impacto daquela realidade particular não podia deixar de me sensibilizar. Lembro-me, sem deixar de me emocionar, de um protesto muito sofrido e solitário que um trabalhador da cidade de Barrinha me fez, ao me conduzir - quase que à força, confesso - para sua moradia. Era um quarto dividido por cortinas, na verdade um cortiço, onde num dos "cômodos" sua mulher estava enferma, deitada numa cama. Ele me ofereceu água, já que não havia café na casa e mesmo essa gentileza tinha que ser providenciada pelo vizinho - único possuidor de geladeira. Essa sucessão de choques só terminou com minha peripécia para tomar um copo de água visivelmente turva, o que só me deixou mais constrangido com a situação. Desde então, o caminho para eu me tornar um "ativista" dos direitos dos bóias-frias (as aspas ficam por conta de um ativismo muito mais idealizado do que concretizado) foi muito curto.

Investigação científica e militância política, portanto, nasceram praticamente juntas na minha formação pessoal. Os dilemas dessa ambigüidade - se entendermos os dois termos (política e ciência) como vocações distintas, conforme nos propõe Weber - sempre me perseguiram. Porém, até o mestrado, pouca importância acabei dando para isso, alheio que estava de problemas dessa magnitude (assim como muitos estudantes de graduação, completamente "verdes", tanto na prática política quanto na atividade de pesquisa).

Fiz minha iniciação científica num projeto coletivo, de análise dos projetos de assentamentos do Estado¹. Nele, minha pretensa postura de militante se diluiu frente a uma série de opiniões de professores e outros bolsistas. Em meus relatórios, no entanto, centrei fogo na avaliação das lideranças dos assentados da região de Araraquara e do corpo técnico que assessorava o projeto de assentamento da fazenda Monte Alegre - universo empírico privilegiado na pesquisa em questão. Pouco consciente da gravidade que minha condição de "pesquisador-militante" poderia

¹ Análise e Avaliação dos Projetos de Reforma Agrária e Assentamentos do Estado de São Paulo, projeto multidisciplinar e multicampi da UNESP, financiado pelo CNPq e realizado no período 1988-1994.

significar, não hesitei - ironicamente - em imputar a esses agentes técnico-políticos o adjetivo de "ambíguos". A vida, através dos percalços de minha almejada carreira, me pregaria, poucos anos depois, uma grande peça no tocante a esse termo.

Ingressei na pós-graduação em 1990, com um projeto de pesquisa carregado de ousadia política: tratava-se de acompanhar a construção da luta pela terra, empreendida pelos bóias-frias. Lembro-me que, mesmo correndo riscos, não me furtei a admitir minha condição de agente político durante a entrevista de seleção. Queria deixar bem entendido, talvez até para mim mesmo, que eu não era apenas um pesquisador, mas também um militante.

Tudo isso, porém, ficou registrado em minha memória carregado com um toque de ingenuidade. Se eu desejava ser um militante, um agente político nesse complexo e, porque não dizer, até perigoso terreno dos conflitos agrários e da organização dos trabalhadores rurais, muito ainda teria que experimentar. Coincidentemente, no mesmo ano em que comecei os estudos para o mestrado, aceitei um convite para participar da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade de assessoria aos movimentos de trabalhadores rurais ligada à Igreja Católica. Eu havia participado de um movimento envolvendo trabalhadores recém-assentados na fazenda Bela Vista do Chibarro, Inera e M.S.T. e o coordenador da CPT de São Paulo achou interessante a participação de universitários no coletivo da entidade. Eu e um amigo formado em agronomia nos tornamos agentes da CPT, com um projeto visando assessorar os assentados da Bela Vista e acompanhar os conflitos no campo em toda a região nordeste do Estado. Em plena "era Collor", quando os assassinatos de lideranças rurais aumentou sensivelmente em relação ao final do governo Sarney, eu me vi investido da atribuição de militante - desta feita não mais retoricamente.

A real ambigüidade dessa situação começou a se expressar primeiramente na dificuldade em conciliar meus estudos (eu ainda estava iniciando os créditos no mestrado) com minha responsabilidade de militante. Posso dizer que não poucos professores deixaram claro seu descontentamento com essa postura (meu único "C" como conceito no mestrado deve-se, em boa medida, exatamente a isso). Em outra situação, quando me envolvi diretamente num conflito de terra, me foi informalmente

sugerido que escolhesse entre continuar na carreira acadêmica ou assumir definitivamente a vida política - o que só me fez crer no acerto das colocações do mestre Weber acima referidas. Nessa ocasião, minha continuidade nos estudos só teve lugar devido à postura clara e firme de minha orientadora, que jamais criticou de forma negativa essa minha difícil opção de ser um pesquisador-militante.

No entanto, a superação dessas turbulências ocasionais me colocou diante do grande dilema que se esconde por detrás dessa alternativa: como trabalhar metodologicamente minha experiência política, já que ela era parte integrante (mesmo que não assumida teoricamente) do meu próprio projeto de pesquisa? Eu militava diretamente com a questão que era o tema de meu trabalho e, de repente, durante os seminários de pesquisa que a pós-graduação promovia, me vi na difícil situação de não ter a mínima idéia de como resolver o problema.

Durante quatro anos ininterruptos exerci a minha militância na CPT, tendo o privilégio, em termos de conhecimento empírico e experiência de vida, de interagir com os trabalhadores rurais assentados e em luta por assentamento na região de Ribeirão Preto. Porém, ao excesso de informações que poderia tirar desse contato intenso, somava-se a dificuldade em filtrar teórica e metodologicamente esses dados. Pensei em abandonar o mestrado ou em mudar radicalmente o tema da pesquisa (o que, por outros caminhos, também inviabilizaria minha pós-graduação). A solução desse impasse, no entanto, acabou por vir de forma quase natural - graças à teimosia de um militante (ou, como se ironiza no jargão da esquerda, um "militonto") que não queria parar de estudar.

Se minha pesquisa estava paralisada devido ao *imbróglio* teórico-metodológico, minha busca por compreender melhor a racionalidade dos trabalhadores aos quais eu devia assessorar politicamente, fez brotar alguns problemas cuja solução me apontou caminhos até então desconhecidos para a abordagem da questão dos movimentos de luta pela terra.

Me lembro de uma entrevista com minha orientadora, quando procurei narrar a situação de um assentado da Bela Vista que estava comercializando gás de cozinha. Minhas "lentes" teóricas viam naquele fato um camponês se tornando burguês, como no processo de dissolução do

campepinato russo descrito por Lênin, restando, em contrapartida, o inevitável destino da redução daquela rica realidade nas duas classes fundamentais da sociedade capitalista². Mas, posso dizer hoje com segurança, esse processo não ocorreu exatamente conforme o prescrito pela teoria. A partir daí, comecei a questionar os pressupostos com os quais eu me baseava para interpretar a realidade.

O contato intenso com vida do assentamento aliada à postura crítica diante de um paradigma quase que sagrado para o meio político no qual eu convivía, composto basicamente de militantes de orientação marxista, me levou a questionar uma série de leituras que esses agentes faziam do comportamento dos trabalhadores rurais, maniqueisticamente divididos entre os "bons" (os politizados, ou os "nossos") e os "maus" (os alienados, os cooptados, ou os "deles").

Na compreensão dos próprios trabalhadores, as divergências que ocorriam no interior do assentamento não se colocavam exatamente da forma como os agentes as viam e, quando eu chamava a atenção para isso, alguns companheiros de militância achavam essa discrepância natural, já que a teoria "vinha de fora" mesmo. Minha atuação era contraditória: participava das reuniões de avaliação com os dirigentes - onde só se discutia teoricamente - e era a ponta de lança junto aos trabalhadores, convivendo com eles e buscando um diálogo quase sempre nos seus termos (e não nos meus). Assim, por exemplo, assisti a um simples conflito entre vizinhos no assentamento se tornar - aos olhos dos militantes - uma batalha decisiva na luta de classes mais geral. Com o tempo, comecei a achar essa insistente tentativa de adequar uma realidade tão complexa a uma teoria tão simplificadora (para muitos, apenas um jogo de "palavras-de-ordem" bastante primitivo) algo absurdamente ridículo.

Esse estranhamento com relação à teoria me foi utilíssimo. No entanto, ao lado desse benigno distanciamento, vivenciei outro, sem dúvida mais perigoso: fui me tornando quase que um corpo estranho na Universidade. Era comum eu assistir aula todo empoeirado, com as botas sujas de barro - às vezes percebendo um leve "torcer de nariz" dos colegas, moças e rapazes delicadamente perfumados. Se esse meu desprezo parece

² Lenin, V.I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Coleção Os Economistas, São Paulo, Ed. Abril, 1987.

hoje um tanto despropositado, naquela época me foi difícil, por exemplo, enfrentar situações bastante diversas, como a de não ter vaso sanitário ou papel higiênico para suprir as necessidades fisiológicas no assentamento. Essa caminhada por entre dois mundos não me fazia bem: foi difícil - e creio que o é para muitos - me acostumar com as rudezas dos assentamentos emergenciais e acampamentos que visitei. Contrapor, quase que imediatamente, essa precariedade da situação de luta pela terra com o ambiente acadêmico me levou, muitas vezes, a considerar aquela vida confortável e delicada da Universidade uma grande frivolidade adocicada. Tecnicamente, no entanto, eu era um estudante da faculdade e meus professores, superadas as crises iniciais, consideravam minha experiência bastante interessante.

Considerarei, no entanto, esse pequeno problema de ordem subjetiva definitivamente superado depois da leitura de alguns textos de metodologia que discutem a profundidade do estranhamento ao qual um investigador que se dedica às técnicas qualitativas está sujeito - cita-se até o perigo de uma certa "esquizofrenia profissional". Comecei a me ver, então, cada vez mais como um antropólogo, profissional que convive com a "alteridade" de forma razoavelmente tranqüila³. Se resta algo de psicopatológico em meu comportamento, repito isso quando inquirido a respeito desse estranhamento, deixo tal questão à apreciação daqueles com os quais convivo, não atribuindo qualquer idiosincrasia mais grave em nada a essa minha experiência de pesquisa-militância.

Justamente a aquisição de uma perspectiva mais antropológica me levou a abandonar uma postura inflexível de "dono da verdade", própria dos militantes políticos. Comecei a me distanciar da prática política mais comumente disseminada (e dos "líderes iluminados" que se apresentam amiúde) e, na minha interação com os assentados, passei a me comportar de forma mais solta, descompromissada e dialógica. Ressalto que os bons militantes de diversas ONG's com as quais travei contato já há muito assim se comportavam, sendo que a própria CPT criticava o modelo

³ Sobre a esquizofrenia da pesquisa ver Ledke, M. e André, M.E.D. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas, SP, EPU, 1986. A alteridade é maravilhosamente discutida por Roberto Da Matta, no artigo "O ofício do Etnólogo, ou como ter Anthropological Blues" in Nunes, E. O. (org.) A aventura sociológica, R.J.: Zahar, 1978.

autoritário de ação política, defendendo uma postura mais democrática: falava-se, então, de "inculturação" - termo que minimiza o efeito da influência do agente-assessor sobre os sujeitos dos diversos movimentos sociais.

Esse foi o caminho do meu retorno à condição de pesquisador, sem abandonar por completo as tarefas de um militante (já que política, dizem, é uma doença incurável). O retorno a um trabalho de investigação, através de uma bolsa no NUPEDOR (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural/ FCL-UNESP), me fez retomar a prática do relato etnográfico - dessa feita bastante enriquecido, graças a uma consciência antropológica desenvolvida pela militância.

Estava aberto, da minha parte, os canais para receber melhor todos os sinais que os trabalhadores enviavam. Minha veia de investigador foi aguçada, já que assumi que tinha muito mais a ouvir e ver do que a falar e mostrar. Lembro-me de uma passagem de Geertz que, ao discutir a hermenêutica nas ciências sociais, citava até mesmo a compreensão de uma "piscadela" de olhos⁴. Em meu trabalho de militante, comecei a anotar mais coisas e a sempre buscar compreender o que de fato estava se passando entre os trabalhadores. Essa mudança de postura explica a mudança do significado que atribuí ao conceito de "identidade", ponto de partida da minha discussão analítica: antes ele era muito mais informado pela posição estrutural dos sujeitos investigados; depois, ele ganhou contornos mais subjetivos, próprios da abordagem etnográfica⁵. Faltava-me, no entanto, um referencial teórico capaz de interpretá-los e uma explicitação de minha metodologia de trabalho.

Nas discussões com minha orientadora e outros professores, o recurso à técnica de pesquisa participante ou pesquisa-ação⁶ aparecia como útil, mas apresentava o inconveniente de eu ter de refazer o meu percurso de militante, desta feita orientado por um projeto, se não fixo, ao

⁴ Geertz, C. **A Interpretação das Culturas**, Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p. 16.

⁵ Barone, L. A. **Revolta, Conquista e Solidariedade: a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos**. (dissertação de mestrado) Araraquara-UNESP, 1996, p. 15.

⁶ Vide Brandão, C. R. (org.) **Pesquisa Participante**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

menos minimamente definido de atuação, donde eu retiraria dados e conclusões.

Acontece que a vida de um militante de verdade dificilmente pode ser regrada por um projeto de atuação pré-definido: como construir um projeto-instrumento em meio a uma militância que me tirava da cama no meio da noite e me levava a viajar para uma ou outra região do Estado a fim de cobrir uma ocupação de terra, ou interrompia meu almoço (ou um seminário na Universidade) para resolver um conflito entre grupos de assentados? Eu teria, então, que separar parte do meu tempo e fazer outra atuação - bem mais controlada. Achei que, dessa forma, pouco eu aproveitaria de minha "experiência em tempo real" - considerada, por todos os professores, como meu trunfo.

O contato mais intenso com a metodologia weberiana, feito durante os cursos na pós-graduação, me levou a optar por um trabalho suportado num eixo teórico-metodológico orientado pela chamada "sociologia compreensiva". A busca de uma neutralidade axiológica marca essa escolha, como forma de escapar de um dos dilemas. Minha militância deixa de ser o critério básico de minha reflexão. Essa atividade, de fato importante em minha vida, forneceu o tema básico de meu interesse, sendo que tudo que eu conhecia através da ação política serviu como *background knowledge* de minha pesquisa acadêmica. A oportunidade de participar durante anos de um projeto interdisciplinar voltado para essa temática me colocou a disposição uma série de dados e informações - construída coletivamente pela equipe da pesquisa. Além disso, o trânsito por algumas ONG's que atuam nessa questão (CPT, MST, PROTER, CPV) me forneceu abundante material de imprensa sobre os movimentos sociais rurais na região.

Tive a condição de evitar a focalização de minha pesquisa acadêmica no mesmo assentamento em que realizava um trabalho de intervenção política, me desviando, portanto, de outro nó - ou seja, explicar metodologicamente minha militância "exacerbada". Se tal recurso parece uma fuga de questões a serem enfrentadas (heroicamente, eu acrescento), ressalto que ganhei pontos em termos de construção e teste de hipóteses, já que transferi a percepção desenvolvida num determinado espaço para outro

- tentando comprovar a generalidade de alguns elementos por mim observados.

Uma conjectura aventada a partir de leituras sobre a cultura tradicional e revoltas sociais propunha a existência de um elo comum, uma "conexão de sentido", entre os comportamentos tão diversos e característicos dos trabalhadores rurais da região. Já empolgado pela obra weberiana, me aventurei a caricaturar um modelo analítico com os caracteres de uma construção típico-ideal. Assim, decomporia a realidade de vida e luta dos trabalhadores pesquisados identificando um elemento, ou uma representação, do complexo imaginário dessas populações.

Através dos conceitos de "economia moral" e "normas tradicionais", criei a hipótese da existência e operação de um conjunto de "códigos de re-conhecimento social"⁷, paradigma decalcado da cultura rústica, através do qual os trabalhadores rurais da região interpretariam a realidade e nela se postariam. Comparei os comportamentos desse grupo social em três momentos diferenciados, sempre à luz do meu modelo de interpretação. Assim, analisei as greves dos assalariados rurais em Guariba (1984/5), o movimento de luta pela terra na região de Araraquara (nos anos de 1985/6) e aspectos da sociabilidade dos agricultores assentados no projeto Monte Alegre. Dessa forma, teria, ao final, uma idéia bem aproximada do peso específico do conjunto das normas tradicionais nas escolhas e na ação política desse grupo social, em suas diversas fases de mobilização.

Uma pesquisa histórica, um relato etnográfico e uma discussão acerca da minha hipótese teórica resultou num trabalho, que me garantiu o mestrado na F.C.L./UNESP de Araraquara. Pude realizar um teste empírico bastante interessante e constatei que o modelo, embora obviamente imperfeito, revelava uma faceta diferenciada e até então pouco apreciada da realidade social em questão.

Sinto às vezes que poderia ter tentado um caminho diverso, encarando de frente, em termos de pesquisa, minha experiência de militância. Mas, o resultado de minha pesquisa me diz que é possível uma certa desvinculação entre ciência e política. A realidade, sem dúvida, é bem

⁷ Barone, op. cit., 1996, pp 27 e ss.

mais complexa e essas diferentes atividades humanas se imiscuem umas nas outras. Porém, a separação assumidamente artificial e uma deliberada neutralidade garantem um senso crítico mais aguçado. A busca de uma "contra-prova", o critério da refutabilidade de Popper⁸, pode ser observado com um tanto de rigor, assegurando-me de que a cientificidade de minha empreitada é bastante plausível.

Concluo este relato assumindo uma mudança de postura frente a conclamada "ação transformadora" via pesquisa científica. Não acredito mais que a "verdadeira ciência" é a do proletariado, conforme afirma Marx nos prefácios de O Capital. As verdades são aproximadas na ciência e o que distingue esse modo de conhecer de vários outros é justamente sua capacidade de ser testado, criticado e refutado.

Minha conduta não se reduz a um mero exercício positivista, que ignora as ideologias em nome de um conhecimento puro. Ele não só incorpora esse elemento da realidade como faz dele o próprio objeto de apreciação do labor científico. Se minha hipótese é, em um certo nível, arbitrária, ela não procura negar esse (des)qualificativo. Muito pelo contrário, o trabalho por mim encetado se presta à testabilidade, buscando se firmar apenas em função de sua plausibilidade e capacidade heurística.

Com relação à "fuga" de refletir mais diretamente sobre minha ação política, considero mitigada essa crítica, inclusive por causa deste relato - verdadeiro esforço no sentido de justificar e explicar minha trajetória e minha opção metodológica. Por outro lado, contabilizo ganhos para mim inestimáveis em termos de experiência de pesquisa e perspectiva sobre a construção do saber científico. Se outro caminho se desenhava como possível, o desafio de trilhar este, que por fim resultou em mais conhecimentos e mais questionamentos, me satisfez plenamente enquanto pesquisador.

⁸ Popper, K. **Conjecturas e Refutações**. São Paulo: Iluminuras, 1995, p. 32.

A TRANSCRIÇÃO DA FALA DO HOMEM RURAL: FIDELIDADE OU CARICATURA?

DULCE C. A. WHITAKER (*)

ALEXANDRE DANTAS

ELIANA AP. ANDRADE

ELIS CRISTINA FIAMENGUE

ROSANE AP. ARAÚJO

VÍTOR MACHADO

I - A DESCARACTERIZAÇÃO DO DISCURSO DO OUTRO

Este ensaio não foi elaborado a partir de um ponto de vista linguístico. É resultado da experiência acumulada em pesquisas sociológicas realizadas na zona rural. (**)

Um dos problemas mais complicados na tarefa de transcrição pode ser enunciado da seguinte forma: como respeitar a fala do entrevistado? Quando o entrevistado pertence às classes privilegiadas, o problema não se coloca. Como num passe de mágica, a transcrição se transubstancia em discurso coerente, sempre reproduzido em ortografia correta, como se os falantes jamais cometessem hesitações ou deslizes fonéticos. Quando o entrevistado pertence a camadas outras, sob pretexto

* Docente do Programa de Pós-Graduação - Sociologia - UNESP - Araraquara

** Nosso grupo de pesquisa vem trabalhando com questões ligadas a Assentamentos de Reforma Agrária desde 1988. O 1.º projeto no qual atuamos foi um Censo dos Assentamentos do Estado de São Paulo: Análise e Avaliação dos Projetos de Reforma Agrária e Assentamento do Estado de São Paulo (FINEP / CNPq). Atualmente, trabalhamos com técnicas qualitativas no projeto "Assentamentos de Trabalhadores Rurais: a construção de um modo de vida em um campo de possibilidades e diversidades (Auxílio Integrado / CNPq).

de “respeitar-lhe a cultura”, cometem-se barbaridades do ponto de vista ortográfico, confundindo-se ortografia com fonética.

É evidente que a sintaxe de qualquer discurso deve ser respeitada para que uma transcrição seja fidedigna. Assim, se o falante comete erros de concordância ou de regência de verbos, por exemplo, deve-se reproduzi-los em qualquer transcrição. Até porque a norma culta da língua é por vezes desrespeitada mesmo nos grupos que se consideram mais eruditos. Transcrever erros de sintaxe não configura, portanto, falta de respeito em relação à fala do outro. Falta de respeito seria corrigi-los.

Os problemas com os quais este texto se preocupa ocorrem no nível fonético, quando, em sua onipotência, os transcritores julgam possível reproduzir uma pronúncia original, usando erros ortográficos. Quando um sujeito fala, ele está falando, não está escrevendo. Não está, assim, cometendo erros ortográficos. Diríamos até que não está cometendo erro algum. Usa a pronúncia característica do seu grupo social, e com ela recebe aprovação dos seus pares. Como transcrever esta pronúncia? O alfabeto que utilizamos em qualquer atividade, acadêmica ou não, não é um alfabeto fonético. Não dá conta, portanto, da imensa variedade de pronúncias das sociedades complexas. Por exemplo, como reproduzir o chiado do **Œ** dos cariocas? Como reproduzir as vogais abertas dos nordestinos? Os gaúchos pronunciam corretamente o **L** após as vogais. E nós paulistas, deveríamos transcrever nacional com **U**, quando pronunciado pelo presidente da república?

Os exemplos seriam infinitos. Estamos preocupados com o homem rural porque ele tem sido a vítima indefesa de transcritores bem-intencionados que julgam estar respeitando seu discurso e conseguem reproduzir apenas a caricatura de sua pronúncia. Em nossa opinião, esse tipo de tentativa de respeitar a fala do outro, como numa dialética negativa, gera desrespeito.

Respeitar o entrevistado implica, portanto, reproduzir apenas os “erros” de sintaxe, isto é, as formas peculiares de articulação do discurso. Escrever corretamente o léxico (sem erros ortográficos) nos parece fundamental para reforçar este respeito.

Afora isso, vale ressaltar que uma transcrição conduzida de maneira imprópria termina por truncar a leitura do texto, comprometendo sobremaneira sua fluência, e, por extensão, sua compreensão.

Estas críticas baseadas em experiência do grupo levantam problemas que merecem discussão. Este artigo surge, também, com o propósito de realizar sugestões que tornem mais eficientes os resultados da transcrição, dada a importância da fala do entrevistado, não só para a sua utilização em um determinado estudo, como também para uma valorização dessa fala, na maioria das vezes, ouvida e avaliada de forma preconceituosa. O que nos preocupa aqui é exatamente a produção do dado.

II - SUGESTÕES DO GRUPO NO QUE SE REFERE À TRANSCRIÇÃO DO MATERIAL COLHIDO

Nesta segunda parte do artigo buscaremos sugerir algumas *normas de transcrição* que visem preservar o conteúdo do discurso do entrevistado, a fim de evitar o caráter caricatural que algumas transcrições, ainda que inadvertidamente, conferem à sua fala.

1.) A nossa primeira regra é resultado de nossas reflexões expostas na introdução desse texto. Ela diz respeito justamente à maneira como o texto é transcrito. Tomemos, a título de exemplo, a frase: "*O homem chegou e não deu para falar.*" Transcrita dessa forma ela não traz consigo qualquer preconceito seja de classe ou grupo social ou étnico. Porém, se ela for transcrita da seguinte maneira: "*O home chegô e num deu prá falá.*", carrega consigo o pressuposto de que o falante se encontra em uma condição precária -ou mesmo nula- de escolaridade. Ora, temos observado que quando o falante possui escolaridade e status mais elevado, mesmo que a pronuncie dessa última maneira, o transcritor não a transcreve assim. O transcritor, contaminado pela ideologia, corrige o discurso dos seus pares e o seu próprio, pois não fazê-lo, isto sim, seria "desrespeitar" a condição do falante, ou seja, um claro processo ideológico determina esse ato: corrige-se a fala do pesquisador (que também erra, mas

nunca aparece) e “respeita-se” a do entrevistado, caricaturizando sua maneira de falar.

2.) No entanto, acreditamos que quando emergirem palavras e expressões características da pessoa e do grupo ao qual ela faz parte, elas devem vir transcritas de maneira fiel à pronúncia, podendo-se, portanto, grafá-las em ortografia alternativa e colocada entre aspas. Por ex.: “cidadinha”. Esta 2.^a regra funciona como uma espécie de exceção à 1.^a. Já que toda regra tem a exceção que a confirma, esta licença nos foi sugerida pela prática. Ressaltar o pitoresco enriquece a transcrição quando feita de forma criteriosa. Esta é uma convenção do grupo.

3.) Não corrigir concordância verbal. Deve-se transcrevê-la da maneira exata que o falante a expressa, conforme explicitado na primeira parte deste artigo. Por ex.: “...*mandou nós fazer...*”; “... *depois que eu mudei perto dele nós namorou dois anos assim, firme*”. De forma geral, respeitar a sintaxe do discurso do entrevistado. Por ex.: “*Então eu parei pra mim ajudar em casa...*”; “*O meu filho ainda era de menor...*”.

4.) Risos - deve aparecer entre parentêsis na sequência da entrevista. Por ex.: “... *mas eu gostava muito de andar nas árvores (risos), eu não gostava de brincar com boneca...*”. Esta regra se coloca obviamente pela impossibilidade de reproduzir o som do riso com nosso alfabeto de 23 letras.

5.) Gestos significativos e expressões devem aparecer no texto entre parentêsis: Por ex.: (os olhos ficaram marejados de lágrimas); (A voz embargou). Esta prática ajuda a enfatizar sentimentos que se perdem na transcrição, uma vez que a riqueza da fala, cheia de ressonâncias, é impossível de ser assim reproduzida. Aqui alguém pode contestar. “Por que não usar só a fala gravada com sua maior riqueza? Ou o vídeo?” O caráter efêmero do som e da imagem obviamente é obstáculo à análise. Daí a necessidade da transcrição, única forma que permite ao pesquisador

debruçar-se sobre o dado e analisá-lo. Análise é processo demorado. Exige dados fidedignos.

6.) Quando a entrevista é interrompida por terceiros, deve-se explicitar tal interrupção em nota de rodapé para não quebrar o discurso, interrompendo seu fluxo natural, que lhe dá coerência.

7.) Resolvemos que a expressão “NÉ” (NÃO É) deveria em nossos trabalhos aparecer da seguinte forma: *N/É* seguida de ponto de interrogação, quando estiver no final da frase. Por ex.: “*Era três quilômetros pra ir na escola, n/é?*” Se a expressão ocupar o meio da frase, a interrogação deve vir *seguida de reticências* e a frase continuar com letra minúscula. Por ex.: “Então, eu tentei, *n/é ?...*, mas a chuva não veio.” Esta medida visa mostrar a expressão como contração e não como erro. Contração esta presente em discurso de todas classes sociais, do lixeiro ao ministro e que só aparece na transcrição da fala do lixeiro.

8.) Nota de rodapé - Devem ocupar nota de rodapé também explicações acerca de palavras características. Enfim, notas de rodapé serão utilizadas sempre que o transcritor sentir necessidade de explicar procedimentos.

9.) Pausa no discurso - hesitação ou interrupção no pensamento devem ser seguidas de reticências. Por ex.: “chegava com as pernas... estocada de sangue.”

10.) A transcrição de uma história de vida (ou de outras entrevistas compreensivas), na medida do possível, não deveria ser feita por pessoas alheias à pesquisa. Deve ser feita pela pessoa que a colheu ou por um pesquisador do mesmo grupo e que, portanto, compartilha das mesmas preocupações, ainda que a partir de diferentes enfoques. Esta medida evita que os dados sejam desvirtuados de sua proposta inicial e é necessária para que não se incorra em erros de ordem interpretativa.

Afinal, o rigor com dados científicos não deve ser esquecido e os dados de uma entrevista são os dados de um pesquisador. Eles podem ser postos à disposição de outros pesquisadores interessados na mesma temática. Daí a importância do rigor na produção do dado.

Este texto foi produzido a várias mãos, o que demandou longas reuniões sistematizadoras de longos anos de experiência. Paradoxalmente é um texto curto. O paradoxo é apenas aparente. Usamos muito tempo para realizar esta síntese. No entanto, isto não significa que a síntese esteja fechada. Trazê-la à discussão é um primeiro passo para provocar novas antíteses e reformular o que for necessário.

